



Número: **0800384-52.2019.8.20.5135**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Almino Afonso**

Última distribuição : **20/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 7.869,63**

Processo referência: **0100235-96.2018.8.20.0135**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES (EXEQUENTE)		PEDRO EMANOEL DOMINGOS LEITE (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (EXECUTADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
42098084	20/04/2019 17:13	Processo de conhecimento - 01	Outros documentos
42098085	20/04/2019 17:13	Processo de conhecimento - 02	Outros documentos
42098083	20/04/2019 17:13	Processo de conhecimento - 03	Outros documentos
42098086	20/04/2019 17:13	Processo de conhecimento - 04	Outros documentos
42098087	20/04/2019 17:13	Processo de conhecimento - 05	Outros documentos
42862593	14/05/2019 16:30	Despacho	Despacho
42985222	20/05/2019 08:49	Intimação	Intimação



PEDRO EMANOEL DOMINGOS LEITE
Advogado



AO DOUTO JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALMÍNO
AFONSO – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

0100235-76-2003-6-20-01-2-24411-1531-611

VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES, brasileira, solteira, costureira, portadora da cédula de identidade nº 002.917.478-SSP/RN e inscrita no CPF/MF sob o nº 091.301.184-33 (*doc. 03*), residente e domiciliado no Sítio Exu, s/n, Zona Rural de Almíno Afonso/RN, CEP: 59.760-000 (*doc. 04*), vem, por seu advogado legalmente constituído (*doc. 01*), perante este Douto Juízo, nos termos das Leis 6.194/74 e 11.945/09, propor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATORIO DPVAT

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, andares 5, 6, 9, 14, e 15, Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.031-205 (*doc. 05*), pelos motivos fáticos e fundamentos jurídicos a seguir aduzidos:

Rua Antonio Joaquim, nº 13, Centro - Almíno Afonso/RN - CEP: 59.760-000 - E-mail: pedroemanoeladv@gmail.com
Fone: (84) 9917-8981



PEDRO EMANOEL DOMINGOS LEITE
Advogado

03
[Handwritten signature]

DOS MOTIVOS FATICOS

A demandante no dia 14 de novembro de 2017, por volta das 17h10min, pilotava a moto HONDA POP 100, cor preta, placa NNZ-2322/RN, ano/modelo 2011/2011, chassi nº 9C2HB0210BR426428, renavan nº 00308626222, licenciada em nome da demandante (**doc. 06**), na BR 226, nas proximidades do Sítio Logradouro, zona Rural de Frutuoso Gomes/RN, quando, perdeu o controle da motocicleta e caiu na via pública, em decorrência do referido acidente sofreu várias escoriações pelo corpo e fraturou o joelho esquerdo, conforme boletim de ocorrência em anexo (**doc. 07**).

Em decorrência do referido acidente a demandante sofreu intensas lesões "**FRATUROU O JOELHO ESQUERDO**", lesão esta que incontestavelmente ocasionará deformidades e sequelas de caráter definitivas, conforme boletim de atendimento de urgência e prontuário médico em anexo (**doc. 08 e 09**).

A requerente foi submetida à cirurgia para correção das lesões. O procedimento cirúrgico foi realizado por médico particular, onde foi cobrado a requerente a importância de **R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais)**, conforme orçamento cirúrgico, recibo e nota fiscal em anexo (**doc. 10**).

Vítima de acidente automobilístico, com sequelas de caráter definitivo, a demandante com base da legislação em vigor, requereu pela via administrativa, junto à seguradora promovida, o recebimento do Seguro Obrigatório - DPVAT, onde o requerimento/sinistro administrativo recebeu o nº **3180118833 (despesas medicas)** sendo pago a demandante a quantia de R\$ 963,84 (novecentos e sessenta e três reais e oitenta centavos) e **3180120465 (invalidez)**, sendo pago a demandante a quantia de **R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, conforme comprovante em anexo (**doc. 11 e 12**).

E mais, o valor pago administrativamente pela invalidez, não corresponde ao valor integral devido a requerente, ou seja, a seguradora requerida

2
[Handwritten signature]



PEDRO EMANOEL DOMINGOS LEITE
Advogado



não indenizou a requerente de acordo com a tabela incluída no art. 3º da Lei 6.194/74 pela Lei 11.945/2009, que quantifica o percentual que deverá ser pago por cada parte do corpo acometida de invalidez decorrente de acidente automobilístico, haja vista as lesões apresentadas pela requerente quantificarem 70% (setenta por cento) do valor integral do seguro de acordo com a referida tabela, senão vejamos:

ANEXO
(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009)
(Produção de efeitos).
(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante, (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal, (c) perda completa do controle esfinteriano, (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retrada cirúrgica) do bço	10

Portanto, em tendo as lesão da requerente quantificado 70% (setenta por cento) do valor integral do seguro obrigatório, a seguradora requerida haveria de ter pago administrativamente ao requerente a importância de R\$ 9.450,00 (nove mil



PEDRO EMANOEL DOMINGOS LEITE
Advogado



e quatrocentos e cinquenta reais). De igual modo, a seguradora haveria de ter pago a título de despesas médicas a importância de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

Assim, remanesce crédito da demandante junto a seguradora promovida, restando a seguradora reembolsar o valor da diferença, ou seja, R\$ 8.606,25 (oito mil, seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos) referente a invalidez, e R\$ 1.736,16 (um mil, setecentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos reais) referente as despesas médicas, retroativos e atualizados, acrescidos de juros de mora a partir da citação, e correção monetária desde o sinistro datado de 14/11/2017.

Portanto, a demandante decidiu buscar a tutela jurisdicional do Estado para resguardar seus direitos. Haja vista, a mesma ter sido vítima de acidente de trânsito e não ter recebido integralmente o seguro obrigatório, pleiteando assim a mais ídima justiça.

DO FUNDAMENTO JURIDICO – PRELIMINAR

I - DA JUSTIÇA GRATUITA

Vale-se a demandante do art. 4º da Lei nº 1.060/1950 que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados e do art. 5º, Inciso LXXIV, da Constituição Federal, para requerer que lhe sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, uma vez que não reúne condições de custear as despesas decorrentes deste processo sem prejudicar o seu sustento, conforme declaração em anexo (*doc. 02*).

O art. 4º da Lei 1.060/50, disciplina que, verbis:

"A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família."

4



PEDRO EMANOEL DOMINGOS LEITE
Advogado



Também, dispondo sobre o assunto, o art. 5º inc. LXXIV da Constituição Federal preceitua que, *verbis*:

"O Estado prestará assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos."

Nossos tribunais têm-se manifestado acerca do assunto com vários julgados, senão vejamos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO JUSTIÇA GRATUITA. DEFERIMENTO REQUISITOS PREENCHIDOS. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DA PARTE POSTULANTE. RECURSO PROVIDO. Inexistindo, por ora, condições da parte postulante em arcar com o adiantamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio ou de sua família, é de se deferir o benefício da justiça gratuita. (TJ-PR 9606208 PR 960620-8 (Acórdão), Relator: Luiz Taro Oyama, Data de Julgamento: 10/10/2012, 13ª Câmara Cível).

Assim, requer que lhe seja deferido os benefícios da justiça gratuita, pelos motivos já expostos e, ainda por ser a única forma de lhe proporcionar o mais amplo acesso ao poder judiciário, garantia essa fundamentada na Constituição Federal de 1988 e na Lei 1.060 de 1950.

DOS FUNDAMENTOS JURIDICOS – MÉRITO

O DPVAT é um seguro de cobertura de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores Terrestres, instituído pela Lei 6.914/74, sendo modificado pelas Leis 8.441/92 e 11.482/2007, como política de Estado para indenizar às vítimas de acidentes causados por veículos que tem motor próprio e circulam em vias terrestres.

Vale destacar que a lei do seguro DPVAT prevê três tipos de cobertura; desde que haja vítima de acidente de veículo automotor terrestre, sejam elas por morte, invalidez permanente e despesas medicam.

5



No caso em deslinde é nítida a subsunção normativa, uma vez que houve vitimização do demandante, ocasionando a debilidade permanente acima descrita.

O benefício por invalidez permanente prevê uma indenização de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) em casos de invalidez permanente, e de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) para cobrir os gastos com despesas médicas, como dispõe a Lei 6.914/74, alterada pela Lei 11.482/2007, que alterou a lei do DPVAT, senão vejamos:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoas vitimadas:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Com efeito, o seguro obrigatório (DPVAT), previsto na Lei nº 6.194/74, que tem natureza jurídica no campo da responsabilidade civil objetiva (teoria do risco integral), por imposição legal capitulada no art. 5º, surge como modalidade eminentemente de danos pessoais causados por acidente de trânsito. Veja-se, a propósito, *in verbis*:

Lei nº 6.194/74, art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Nos termos do art. 5º da Lei nº Lei 6.194/74, a teoria da responsabilidade objetiva preceitua que o segurado ou acidentado, ao buscar ser



ressarcido pelos danos que lhe advieram, não precisa demonstrar a culpa, sendo suficiente a comprovação da lesão suportada e o liame de causalidade. Devem ficar comprovados: a) a existência de um sinistro; b) a ocorrência de lesões ou morte; e c) o nexo de causalidade.

Assim, existe relação de causalidade entre o sinistro e as sequelas e despesas médicas despendidas pela demandante, onde a invalidez e as despesas médicas provêm direta e imediatamente do acidente automobilístico.

Por óbvio, se não tivesse ocorrido o acidente que envolveu o veículo que conduzia a demandante, seguramente a demandante não teria sofrido qualquer evento danoso e, por consequência, não haveria lesão e nem despesas médicas a ser reparada.

Nesse pórtico, resta manifestamente comprovada a invalidez permanente e os gastos médicos arcados pela demandante, assim resta comprovado o nexo de causalidade, sendo devida a indenização securitária.

Por conseguinte, uma vez evidenciado que o acidente automobilístico acarretou a demandante invalidez permanente e gastos com despesas médicas, não existe qualquer óbice ao pagamento da indenização securitária (Seguro DPVAT) pela seguradora promovida, impondo-se a procedência integral da pretensão autoral.

DA LEGITIMIDADE PASSIVA

Tratando-se de responsabilidade passiva pela indenização do seguro obrigatório DPVAT o dispositivo do art. 5º, caput, da Lei 6.194/74, não tendo este sido modificado, registra-se o seguinte:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (grifos nossos).



Tratando-se ainda da legitimidade acima citada, qualquer das Seguradoras que integram o convenio DPVAT são responsáveis, tal requisito é pacificado na jurisprudência, como se vê da ementa do julgado do Colendo STJ, senão vejamos:

RECURSO ESPECIAL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – VEÍCULO CAUSADOR DO ACIDENTE IDENTIFICADO – 1. “Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização em virtude de seguro obrigatório, pouco importando que o veículo esteja a descoberto, eis que a responsabilidade em tal caso decorre do próprio sistema legal de proteção, ainda que esteja o veículo identificado, tanto que a lei comanda que a seguradora que comprovar o pagamento da indenização pode haver do responsável o que efetivamente pagou” (RESP 68.148/SP, 3ª Turma, da minha relatoria, DJ de 17/08/1998). 2. Recurso Especial conhecido e provido. (STJ – RESP 325300 – ES – 3ª T. – Rel. p/o Min. Carlos Alberto Menezes Direito – DJU 01.07.2002). (grifos nossos).

Seguro Obrigatório. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser apontada para pagar o valor de indenização, assegurado seu direito de regresso (Recurso Especial nº 401418/MG, 4ª Turma, Superior Tribunal de Justiça, Relator: Min. Ruy Rosado de Aguiar, Decisão em 23/04/2002). (grifos nossos).

Estabelecido o litígio, possível sua apreciação pelo Estado – Juiz, face ao princípio da Inafastabilidade do Judiciário previsto na Constituição Federal de 88 no art. 5º, inc. XXXV.

Ante ao exposto, douto magistrado, resta-se comprovado o direito autoral no sentido de condenar a demandada a pagar ao demandante o valor proporcional do seguro obrigatório DPVAT, no valor de **R\$ 8.606,25 (oito mil, seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos) referente a invalidez**, e **R\$ 1.736,16 (um mil, setecentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos reais) referente as despesas medicas**, acrescidos de juros de mora a contar da citação válida e correção monetária desde o sinistro.



PEDRO EMANOEL DOMINGOS LEITE
Advogado



DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

- a) O benefício da justiça gratuita, nos termos do art. 5º, LXXIV da Constituição Federal, do art. 2º, parágrafo único da Lei 1.060/50 e do art. 1º da Lei 7.115/83, por não ter condições de arcar com custas e despesas inerentes ao processo judicial, sem prejuízo do seu sustento;
- b) A citação da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, para que, em querendo, conteste a presente ação sob pena dos efeitos da revelia e confissão;
- c) Seja ao final julgada procedente a presente ação, condenando a **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** a pagar a demandante a quantia de R\$ 8.606,25 (oito mil, seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos) referente a invalidez, e R\$ 1.736,16 (um mil, setecentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos reais) referente as despesas médicas acrescidos de juros de mora a contar da citação válida e correção monetária desde o sinistro;
- d) A condenação da **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** ao pagamento de honorários advocatícios sucumbências, fixados em seu patamar máximo, conforme estabelece o art. 85, § 2º do Código de Processo Civil, bem como a condenação ao pagamento das custas processuais;
- e) Protesta provar o alegado por meio da produção de todas as provas admitidas em direito, em especial, pelo depoimento pessoal do representante legal da segurado promovida, documentos, testemunhas, perícias; enfim, todas, sem renúncia, sem exceção, conforme a necessidade da instrução probatória.



PEDRO EMANOEL DOMINGOS LEITE
Advogado



- f) Em atenção ao art. 334 do CPC, a autora manifesta o seu interesse na realização de audiência de conciliação, no entanto, requer seja a referida audiência aprazada após a realização de perícia médica judicial.

Dá-se a causa, para efeitos legais, o valor de **10.342,41 (dez mil, trezentos e quarenta e dois reais e quarenta e um centavos).**

Nestes termos,

Pede deferimento.

Almino Afonso/RN, 24 de abril de 2018.

PEDRO EMANOEL DOMINGOS LEITE
OAB/RN 10152



PEDRO EMANOEL DOMINGOS LEITE
Advogado



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES, brasileira, solteira, costureira, portadora da cédula de identidade nº 002.917.478-SSP/RN e inscrita no CPF/MF sob o nº 091.301.184-33, residente e domiciliado no Sítio Exu, s/n, Zona Rural de Almino Afonso/RN, CEP: 59.760-000.

OUTORGADOS:

PEDRO EMANOEL DOMINGOS LEITE, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº 10152; PEDRO MARTINS PINTO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº 5625 e RENATO SILVERIO PINTO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/RN sob o nº 10408, todos com endereço profissional na Rua Antonio Joaquim, nº 13, centro, Almino Afonso/RN - CEP: 59.760-000.

PODERES:

Poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judícia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defende-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, desistir, renunciar a todo e qualquer valor que exceda o teto de competência dos Juizados Especiais Federais e Estaduais, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dar tudo por bom, firme e valioso.

Almino Afonso/RN, 24 de abril de 2018.

Viviane de Oliveira Alves
OUTORGANTE



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA

Eu, **VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES**, brasileira, solteira, costureira, portadora da cédula de identidade nº 002.917.478-SSP/RN e inscrita no CPF/MF sob o nº 091.301.184-33 (*doc. 03*), residente e domiciliado no Sítio Exu, s/n, Zona Rural de Almino Afonso/RN, CEP: 59.760-000. **DECLARO**, nos termos do art. 5º, LXXIV da CF/88 e, para os devidos fins de direito, que não dispondo de condições econômicas para o custeio de custas processuais, sem prejuízo próprio ou de minha família.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

Almino Afonso/RN, 24 de abril de 2018.

Viviane de Oliveira Alves
Declarante







Terra do Sol - Energia elétrica, Cadeia de Valor, de 15/03/2018

CLIENTE: FERNANDO COSTA DE OLIVEIRA

CPF: 009.201.454-03

CLASSE: 92 RURA
AUTOPRODUÇÃO RURAL
TERRA DO SOL

UF	ANEXO	PROVA	DATA
GO	160	UNICA	10/11/2017
ANEXO	160	UNICA	10/11/2017
10/11/2017	30/11/2017	20/11/2017	20/11/2017

PROVA: 5 ERU 250

ZONA RURAL/ÁREA RURAL
ALMO AFRONSO RN
50706-000

7000800320
11/2017
20/11/2017
12/12/2017

45,84

Consumo Absoluto (kWh)
Consumo Ponderado (kWh/kWh)
Autonomia Relativa VERBA
Cotação de CDS e de Suprimento CDS

DATA	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
10/11/2017	0,3749887	37,74
0,0000000	0,26747254	0,00
		0,18
		0,01

TOTAL DA FATURA

45,84

UF	PROVA	DATA	DATA	DATA	DATA	DATA	DATA	DATA
GO	160	10/11/2017	10/11/2017	10/11/2017	10/11/2017	10/11/2017	10/11/2017	10/11/2017
GO	160	10/11/2017	10/11/2017	10/11/2017	10/11/2017	10/11/2017	10/11/2017	10/11/2017

DATA	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
10/11/2017	0,3749887	37,74
0,0000000	0,26747254	0,00
		0,18
		0,01

O presente documento é uma cópia eletrônica do documento original, assinado digitalmente pelo cliente e pelo fornecedor, e não possui validade jurídica. Para obter a validade jurídica, o cliente deve imprimir o documento e assinar o original.

DATA	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
10/11/2017	0,3749887	37,74
0,0000000	0,26747254	0,00
		0,18
		0,01



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.248.608/0001-04 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 10/12/2007	
NOME EMPRESARIAL SEGUROADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 65.12-0-00 - Sociedade seguradora de seguros não vida			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 65.11-1-01 - Sociedade seguradora de seguros vida			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada			
LOGRADOURO R SENADOR DANTAS		NÚMERO 74	COMPLEMENTO 5, 6, 9, 14 E 15 ANDAR
CEP 26.031-205	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO RIO DE JANEIRO	UF RJ
ENDEREÇO ELETRÔNICO CITACAO.INTIMACAO@SEGUROADORA.LIDER.COM.BR		TELEFONE (21) 3861-4600	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 10/12/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 24/04/2018 às 08:53:26 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página
para impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 005/2018

NATUREZA DA OCORRÊNCIA: Acidente de Trânsito.

LOCAL: BR-226, nas proximidades do Sítio Logradouro, zona rural de Frutuoso Gomes/RN.

DATA E HORA DO FATO: 14/11/2017, por volta das 17h10.

COMUNICANTE: VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES.

VITIMA: VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES, brasileira, natural de Antonio Martins/RN, agricultora, nascida aos 16/01/1995, RG nº 002.917.476-5/SSP-RN, filha de Francisco de Assis Alves e Maria Vilani de Oliveira Alves, residente no Sítio Logradouro, zona rural de Frutuoso Gomes/RN, escolarizada.

ACUSADO: Prejudicado

HISTÓRICO: O(A) Comunicante declarou que no dia, hora e local acima citados, estava pilotando sua motocicleta tipo HONDA POP 100, cor preta, placa: NNZ-2322/RN, ano/modelo: 2011/2011, chassi nº 9c2hb0210br426428, renavan nº 00308626222, licenciada em seu nome; QUE quando perdeu o controle do referido veículo e caindo na pista de rolamento; QUE devido ao acidente a declarante teve várias escoriações pelo corpo e fraturou o joelho esquerdo; QUE não tem a devida permissão para conduzir veículos automotores. O(A) Comunicante se responsabiliza criminalmente pelo teor de suas declarações.

Testemunha(s):

Nome:

Endereço:

Providências Adotadas: Registro da Ocorrência e expedição B.O.

FRUTUOSO GOMES/RN, 05 DE MARÇO DE 2018.

Viviane de Oliveira Alves
ASSINATURA DO COMUNICANTE

Alcimar Carlos Ferreira da Silva
ALCIMAR CARLOS FERREIRA DA SILVA
Escritão "Ad-Hoc"
Matrícula nº 163.633-2



PROTOCOLO
RECEBIDO
14 MAR. 2018
TERRA DO SOL AUM
E CLOVIS TERRA DO SOL

Num. 42098084 - Pág. 17



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMINO AFONSO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Av. Francisco Belarmino, 117 - Fone: (44) 3396-0338
CNPJ 06.348.907/0001-37
e-mail: smsa@alminoafonso.rn.gov.br

HOSPITAL
ABEL BELARMINO DE AMORIM
Almino Afonso/RN



BOLETIM DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA

Nome: Viviane de Oliveira Alves Idade: 22a
End: Edna Echá, 30 Bairro: Zona Rural
Cidade: Almino Afonso Estado: RN Estado Civil: ---
Hora: 17:30 Almino Afonso: 14 de Novembro de 20 17

HISTÓRICO: Am submto trouxe pt trauma v'imo (acidente)
com o ciclista (colisão de moto-ciclista em via pública) no 20m.
sem socorrido - primeiro socorro - Níveis náuseas - vômito
pendente de atendimento de emergência no AAT

EXAME FÍSICO: A avaliada física - sem alteração
o mto AHT 5/RA FR=20ml
o ciclista sofreu acidentalmente pulso 20cm
o ciclista pulso 150/80/60
o ciclista sofreu trauma no pulso

TA: 150/80 MMHG PULSO: --- RESPIRAÇÃO: --- TEMP: ---
DIAGNÓSTICO PROVISÓRIO: trauma de pulso - fratura de pulso
trauma de pulso - fratura de pulso
trauma de pulso - fratura de pulso

CONDUTA: 1 Realizar curativo - curativo em trauma
2 Realizar curativo - curativo em trauma
3 Realizar curativo - curativo em trauma

OBSERVAÇÃO DE ENFERMAGEM: ST RA a pulso - curativo em trauma
curativo em trauma - curativo em trauma
curativo em trauma - curativo em trauma

- ☐ RETIROU-SE POR DECISÃO MÉDICA:
☐ A PEDIDO
☐ À REVELIA
☐ ÓBITO

DATA: 14 / 11 / 2017 AS HA

TRANSFERIDO
DO: HOSPITAL MATERNIDADE ABEL BELARMINO DE AMORIM
PARA: ---

PROTÓCOLO
RECEBIDO
14 MAR. 2018
SIGNADO DO ADM
E CONHECIMENTO REG

Médico - Curativo

Chefe de Plantão

Responsável

DIVISÃO DO SAMM



Hospital Memorial de Natal

AV. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIROL - NATAL/RN
Fone: (84)3133-4200 / Fax: (84)3102-1228
hmemorial@velocisnet.com.br

Carta liberada 20

FICHA DE INTERNAMENTO

Data: 14/12/2017 11:17

Dados do Paciente

Paciente: VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES

Registro: 128120

Num. RG: 002917478 CPF: 091.301.184-33 Nascimento: 16/01/1995 22 anos Sexo: Feminino Est. Civil: Solteiro(a)

Endereço: SÍTIO EXU

N: 10

Bairro: ZONA RURAL

Cidade: ALMIND AFONSO

UF: RN

CEP: 59760000

Fone: 84999746883

Profissão: COSTUREIRO DE ROUPAS (CONFECCA

Mãe: MARIA VILANI DE OLIVEIRA ALVERA

Dados do Internamento

Num. Internamento: 1 Entrada: 14/12/2017 11:13 Previsão saída: 15/12/2017 11:00 Atendente: CLAUDIAF

Convênio: PARTICULAR

Matrícula/CNS:

Médico: Dr. MARCIO CABRAL FAGUNDES REGO

CRM: 6574

APTO. 208 LUXO TV/FN

Dados do Responsável

Responsável:

CPF:

RG:

Parentesco:

Termo de Responsabilidade

Declaro para fins de direito, que assumo plena responsabilidade na qualidade de devedor principal e/ou solidário por quaisquer despesas realizadas pelo paciente acima qualificado, sendo ou não paciente acima mencionado associado a qualquer instituição que mantenha convênio com o Hospital, seja para pagamento total ou parcial de tratamento médico-hospitalar ou ambulatorial.

Declaro para os fins de direito que assumo plena responsabilidade por qualquer importância que não for paga ao Hospital Memorial de Natal pela instituição conveniada a qualquer título.

Declaro ainda a validade das despesas já mencionadas até a liquidação total do débito, que autorizo seja acrescido de juros de mora e correção pelos índices oficiais, a partir da alta hospitalar, bem como as despesas de cobrança, se houver. A credora está autorizada a emitir as respectivas duplicatas em caso de inadimplência valendo o presente documento para efeitos legais como Contrato de prestação de serviços.

Assinatura: ☒ Paciente ☐ Responsável

Viviane de Oliveira Alves

HOSPITAL MEMORIAL
Av. Juvenal Lamartine, 979,
Tirol 59.922-020 Natal / RN,
Condições para original
Em 14/12/2017
F. 128120

Observações

COM LAUDO E QUATRO PELICULAS DE TC LAUDO DO RISCO ECG E PELICULAS DE RX EXAMES LAB MEDICO
CIENTE " PARTICULAR ENFERMARIA "



Hospital Memorial de Natal

AV. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIROL - NATAL/RN

Fone: (84)3133-4200 / Fax: (84)3102-1228

hmemorial@hmemorial.com.br



FICHA DE INTERNAMENTO

Data: 14/12/2017 11:17

Dados do Paciente

Paciente: VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES

Registro: 126120

Num. RG: 002917478

CPF: 091.301.184-33

Nascimento: 16/01/1995

22 anos

Sexo: Feminino

Est. Civil: Solteiro(a)

Endereço: SÍTIO EXU

N.: 10

Bairro: ZONA RURAL

Cidade: ALMIRÃO AFONSO

UF: RN

CEP: 59750000

Fone: 84999746883

Profissão: COSTUREIRO DE ROUPAS (CONFECCA

Mãe: MARIA VILANI DE OLIVEIRA ALVERA

Dados do Internamento

Num. Internamento: 1

Entrada:

14/12/2017 11:13

Previsão saída: 15/12/2017 11:00

Atendente: CLAUDIA F

Convênio: PARTICULAR

Matrícula/CNS:

Médico: Dr. MARCIO CABRAL FAGUNDES REGO

CRM: 6574

APTO. 208 LUXO TV/EN

Termo de Responsabilidade

Data/Hora Alta: _____ Motivo: _____

Data da Baixa: _____ No. de dias de hospitalização: _____ No. de US: _____

Doc. Apresentado: _____ Diagnóstico Definitivo: _____

Procedência: _____

História da Doença atual: _____

Interrogatório sobre diversos aparelhos: _____

Antecedentes pessoais: _____

Antecedentes familiares: _____

Estado geral: _____

Ap. Cardiorrespiratório: _____

Ap. digestivo: _____

Ap. Locomotor e Neurológico: _____

Ap. Urinário e Ginecológico: _____

Impressão geral: _____

Conduta: _____

HOSPITAL MEMORIAL
Av. Juvenal Lamartine, 979
Tirol 58 812-4200 Natal / RN.
Copiar com original
Em.



Hospital Memorial de Natal

AV. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIROL - NATAL/RN
Fone: (84)3133-4200 / Fax: (84)3102-1228
hmemorial@vetnetmail.com.br

Data: 14/12/2017 11:17

Dados do Paciente

Paciente: VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES

Registro: 120120

Num. RG: 002517478

CPF: 091.301.184-33 Nascimento: 16/01/1995 22 anos Sexo: Feminino Est.Civil: Solteiro(a)

Endereço: SÍTIO EXU

N: 10

Bairro: ZONA RURAL

Cidade: ALMIRÃO AFONSO

UF: RN

CEP: 59760000

Fone: 8499974688

Profissão: COSTUREIRO DE ROUPAS (CONFECCA

Mãe: MARIA VILANI DE OLIVEIRA ALVERA

Dados do Internamento

Num. Internamento: 1

Entrada: 14/12/2017 11:13 Previsão saída: 15/12/2017 11:00 Atendente: CLAUDIA F

Convênio: PARTICULAR

Matrícula/CNS:

Médico: Dr. MARCIO CABRAL FAGUNDES REGO

CRM: 6574

APTO. 208 LUXO TV/FN

Dados do Responsável

Responsável:

CPF:

RG:

Parentesco:

TERMO DE CIÊNCIA E CONSENTIMENTO E RESPONSABILIZAÇÃO PROCEDIMENTOS E CIRURGIAS GERAIS

1. - Autorizo o(a) Dr. MARCIO CABRAL FAGUNDES REGO, a realizar o seguinte procedimento, tratamento ou cirurgia.
2. - O(A) Dr. MARCIO CABRAL FAGUNDES REGO, explicou-me claramente a proposta do tratamento, procedimento a qual serei submetido(a), seus benefícios, riscos, complicações potenciais e alternativas. Tive a oportunidade de fazer perguntas, e todas foram respondidas satisfatoriamente. Entendo que não existe garantia absoluta sobre os resultados a serem obtidos.
3. - Autorizo qualquer outro procedimento / tratamento, incluindo transfusão de sangue, em situações imprevistas que possam ocorrer e necessitem de cuidados diferentes daqueles inicialmente proposto.

Razão por que o paciente não assinou o presente Termo de Ciência e Consentimento e Responsabilização:
Preenchido pelo responsável do paciente

Assinatura: [] Paciente [] Responsável

Viviane de Oliveira Alves

DEVE SER PREENCHIDO PELO MÉDICO

Certifico que expliquei detalhadamente a este paciente, ou ao seu responsável, o procedimento, cirurgia, seus benefícios, riscos e suas alternativas, respondi satisfatoriamente todas as perguntas do paciente e acredito que o paciente / responsável compreendeu todo o que expliquei.

Assumo a responsabilidade pelo procedimento a que será submetido.

Dr. MARCIO CABRAL FAGUNDES REGO - CRM 6574

HOSPITAL MEMORIAL
AV. JUVENAL LAMARTINE, 979
TIROL - NATAL/RN
Fone: 84 3133-4200
Confira sua original
Em: []

BLOCO CIRÚRGICO
BOLETIM DE SALA

Particulars — 23

Reg	A 261 20	NOME	Ursine de Oliveira Alves	APTO:	208
Cirurgia Realizada:					
Tratamento cirúrgico de fratura de platô tibial esquerdo					
DATA:	14-12-17	INICIO:	1800 HS:	MIN:	
				TERMINO:	1900 HS:
				MIN:	
EQUIPE	NOME		CIC/ME	CRM	CIRURGIA
Cirurgião					Pequena
1 Auxiliar					Média
2 Auxiliar					Grande
Anestesiologista					Múltipla
Instrumentador					
Alter					

3. Assepsia e Antissepsia, 2. Colocação de campos estereis, 3. Realização de insdão lateral em perna E 4. Divulsão por planos 5. Passagem de fio guia e colocação de 01 parafusos e tibia proximal para fixação da fratura 6. Fechamento por planos, 7. Sutura, 8. Curativo

COD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	COD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	COD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
MEDICAMENTOS				FIOS				DESCARTAVEL			
000008	Agua Biontelite 10ml	AMP		000020	Varg 4-0 (Violeta)	ENV		000194	Mehta Tubular 12cm	ROL	
000030	Agua Biontelite 10ml	AMP	03	000177	Varg 5-0 (Verde)	ENV		000198	Mehta Tubular 15cm	ROL	
000096	Agua Biontelite 20ml	AMP		000725	Varg 6-0	ENV		000783	Messera Descartavel	UND	04
000057	Chlorbutol 1g	AMP		000113	Varg 7-0	ENV		000006	Profil 2 vis	UND	01
000088	Clonazepam 0.5mg	AMP						004734	Profilite Engrenamento 1ml	ML	100
000112	Clonazepam 0.5mg 10ml	AMP						004787	Profilite Triplex 1ml	ML	
004265	Clonazepam 0.5mg 10ml	AMP						000507	Stabilo 1 Equilo	ML	
004700	Hipoclor 50%	FRC						000730	Topolite Descartavel	UND	50
000040	Incid Pessolo 1M	1 x 1						002223	Seringa Desc. 1/2cc de Agulha	UND	
010111	Ketol Medico 1g	COM						002440	Seringa Desc. 1/2cc de Agulha	UND	
000067	Morfolina 2ml 1g	AMP						002416	Seringa Desc. 1/2cc de Agulha	UND	02
021002	Profilite 100mg 1g	AMP						002306	Seringa Desc. 1/2cc de Agulha	UND	87
000026	Serupio Ringel of Lactato	FRC						002216	Seringa Desc. 1/2cc de Agulha	UND	
000446	Serupio Ringel 10mg/ml	FRC		DESCARTAVEL				002130	Sonda Unid 10	UND	
000125	Soro Fisiotônico 100ml	FRC		001902	Alcatrazes T Plus N° 14	UND		002144	Sonda Unid 12	UND	
000718	Soro Fisiotônico 5% 500ml	FRC	03	001018	Alcatrazes T Plus N° 16	UND		002151	Sonda Unid 14	UND	
000740	Soro Fisiotônico 1% 500ml	TS		001020	Alcatrazes T Plus N° 18	UND		002168	Sonda Unid 16	UND	
000099	Solucina 2% 10ml	AMP		001022	Alcatrazes T Plus N° 20	UND	01	002183	Sonda Unid 18	UND	
000026	Solucina 2% 10ml	AMP		000062	Agulha Descartavel 13 x 4,3	UND		000060	Sonda Unid 20	UND	
	Agulha 1/2		03	000062	Agulha Descartavel 25 x 7	UND					
	Agulha 1/2		01	000413	Agulha Descartavel 40 x 12	UND					
	Agulha 1/2		06	000075	Alcatraz 90%	ML	50				01
	Agulha 1/2		01	000080	Alcatraz 10cm	ROL					
	Agulha 1/2			000030	Alcatraz 12cm	ROL					
	Agulha 1/2			000090	Alcatraz 15cm	ROL	03				
	Agulha 1/2			000030	Alcatraz 20cm	ROL					
	Agulha 1/2			000701	Alcatraz 25cm	ROL					
	Agulha 1/2			000075	Alcatraz 30cm	ROL					
	Agulha 1/2			000026	Alcatraz 35cm	ROL					
	Agulha 1/2			000026	Alcatraz 40cm	ROL					
	Agulha 1/2			000026	Alcatraz 45cm	ROL					
	Agulha 1/2			000026	Alcatraz 50cm	ROL					
	Agulha 1/2			000026	Alcatraz 55cm	ROL					
	Agulha 1/2			000026	Alcatraz 60cm	ROL					
	Agulha 1/2			000026	Alcatraz 65cm	ROL					
	Agulha 1/2			000026	Alcatraz 70cm	ROL					
	Agulha 1/2			000026	Alcatraz 75cm	ROL					
	Agulha 1/2			000026	Alcatraz 80cm	ROL					
	Agulha 1/2			000026	Alcatraz 85cm	ROL					
	Agulha 1/2			000026	Alcatraz 90cm	ROL					
	Agulha 1/2			000026	Alcatraz 95cm	ROL					
	Agulha 1/2			000026	Alcatraz 100cm	ROL					
	Agulha 1/2			000026	Alcatraz 105cm	ROL					
	Agulha 1/2			000026	Alcatraz 110cm	ROL					

CIRCULANTE *Smith*

RELATÓRIO ANESTESIA

24

ISDA: *paciente amarelo a cori*
tolerância no folho esp
 PRÉ-ANESTÉSICO: *glu de zolam 75 mg/cw*
 TÉCNICA ANESTÉSICA: *Raque / El anção*

DROGAS USADAS NA ANESTESIA

COD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	COD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	COD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.
000180	Adrenalina	AMP		000181	Narcan	AMP		MEDICAMENTOS			
000182	Agua Sterilizada	AMP		000183	Plavix 15mg	AMP					
000184	Aspirina 25	AMP		000185	Proglidina	AMP		afa zolipna			
000186	Citrate de Potassium	AMP		000187	Protalar	AMP					
000188	Citrate de Potassium	AMP		000189	Quelam 100mg	AMP					
000190	Demart 2mg	AMP		000191	Quelam 100mg	AMP					
000192	Demart 2mg	AMP		000192	Quelam 100mg	AMP					
000193	Demart 2mg	AMP		000194	Quelam 100mg	AMP					
000195	Demart 2mg	AMP		000196	Quelam 100mg	AMP					
000197	Demart 2mg	AMP		000198	Quelam 100mg	AMP					
000199	Demart 2mg	AMP		000200	Quelam 100mg	AMP					
000201	Demart 2mg	AMP		000202	Quelam 100mg	AMP					
000203	Demart 2mg	AMP		000204	Quelam 100mg	AMP					
000205	Demart 2mg	AMP		000206	Quelam 100mg	AMP					
000207	Demart 2mg	AMP		000208	Quelam 100mg	AMP					
000209	Demart 2mg	AMP		000210	Quelam 100mg	AMP					
000211	Demart 2mg	AMP		000212	Quelam 100mg	AMP					
000213	Demart 2mg	AMP		000214	Quelam 100mg	AMP					
000215	Demart 2mg	AMP		000216	Quelam 100mg	AMP					
000217	Demart 2mg	AMP		000218	Quelam 100mg	AMP					
000219	Demart 2mg	AMP		000220	Quelam 100mg	AMP					
000221	Demart 2mg	AMP		000222	Quelam 100mg	AMP					
000223	Demart 2mg	AMP		000224	Quelam 100mg	AMP					
000225	Demart 2mg	AMP		000226	Quelam 100mg	AMP					
000227	Demart 2mg	AMP		000228	Quelam 100mg	AMP					
000229	Demart 2mg	AMP		000230	Quelam 100mg	AMP					
000231	Demart 2mg	AMP		000232	Quelam 100mg	AMP					
000233	Demart 2mg	AMP		000234	Quelam 100mg	AMP					
000235	Demart 2mg	AMP		000236	Quelam 100mg	AMP					
000237	Demart 2mg	AMP		000238	Quelam 100mg	AMP					
000239	Demart 2mg	AMP		000240	Quelam 100mg	AMP					
000241	Demart 2mg	AMP		000242	Quelam 100mg	AMP					
000243	Demart 2mg	AMP		000244	Quelam 100mg	AMP					
000245	Demart 2mg	AMP		000246	Quelam 100mg	AMP					
000247	Demart 2mg	AMP		000248	Quelam 100mg	AMP					
000249	Demart 2mg	AMP		000250	Quelam 100mg	AMP					
000251	Demart 2mg	AMP		000252	Quelam 100mg	AMP					
000253	Demart 2mg	AMP		000254	Quelam 100mg	AMP					
000255	Demart 2mg	AMP		000256	Quelam 100mg	AMP					
000257	Demart 2mg	AMP		000258	Quelam 100mg	AMP					
000259	Demart 2mg	AMP		000260	Quelam 100mg	AMP					
000261	Demart 2mg	AMP		000262	Quelam 100mg	AMP					
000263	Demart 2mg	AMP		000264	Quelam 100mg	AMP					
000265	Demart 2mg	AMP		000266	Quelam 100mg	AMP					
000267	Demart 2mg	AMP		000268	Quelam 100mg	AMP					
000269	Demart 2mg	AMP		000270	Quelam 100mg	AMP					
000271	Demart 2mg	AMP		000272	Quelam 100mg	AMP					
000273	Demart 2mg	AMP		000274	Quelam 100mg	AMP					
000275	Demart 2mg	AMP		000276	Quelam 100mg	AMP					
000277	Demart 2mg	AMP		000278	Quelam 100mg	AMP					
000279	Demart 2mg	AMP		000280	Quelam 100mg	AMP					
000281	Demart 2mg	AMP		000282	Quelam 100mg	AMP					
000283	Demart 2mg	AMP		000284	Quelam 100mg	AMP					
000285	Demart 2mg	AMP		000286	Quelam 100mg	AMP					
000287	Demart 2mg	AMP		000288	Quelam 100mg	AMP					
000289	Demart 2mg	AMP		000290	Quelam 100mg	AMP					
000291	Demart 2mg	AMP		000292	Quelam 100mg	AMP					
000293	Demart 2mg	AMP		000294	Quelam 100mg	AMP					
000295	Demart 2mg	AMP		000296	Quelam 100mg	AMP					
000297	Demart 2mg	AMP		000298	Quelam 100mg	AMP					
000299	Demart 2mg	AMP		000300	Quelam 100mg	AMP					
000301	Demart 2mg	AMP		000302	Quelam 100mg	AMP					
000303	Demart 2mg	AMP		000304	Quelam 100mg	AMP					
000305	Demart 2mg	AMP		000306	Quelam 100mg	AMP					
000307	Demart 2mg	AMP		000308	Quelam 100mg	AMP					
000309	Demart 2mg	AMP		000310	Quelam 100mg	AMP					
000311	Demart 2mg	AMP		000312	Quelam 100mg	AMP					
000313	Demart 2mg	AMP		000314	Quelam 100mg	AMP					
000315	Demart 2mg	AMP		000316	Quelam 100mg	AMP					
000317	Demart 2mg	AMP		000318	Quelam 100mg	AMP					
000319	Demart 2mg	AMP		000320	Quelam 100mg	AMP					
000321	Demart 2mg	AMP		000322	Quelam 100mg	AMP					
000323	Demart 2mg	AMP		000324	Quelam 100mg	AMP					
000325	Demart 2mg	AMP		000326	Quelam 100mg	AMP					
000327	Demart 2mg	AMP		000328	Quelam 100mg	AMP					
000329	Demart 2mg	AMP		000330	Quelam 100mg	AMP					
000331	Demart 2mg	AMP		000332	Quelam 100mg	AMP					
000333	Demart 2mg	AMP		000334	Quelam 100mg	AMP					
000335	Demart 2mg	AMP		000336	Quelam 100mg	AMP					
000337	Demart 2mg	AMP		000338	Quelam 100mg	AMP					
000339	Demart 2mg	AMP		000340	Quelam 100mg	AMP					
000341	Demart 2mg	AMP		000342	Quelam 100mg	AMP					
000343	Demart 2mg	AMP		000344	Quelam 100mg	AMP					
000345	Demart 2mg	AMP		000346	Quelam 100mg	AMP					
000347	Demart 2mg	AMP		000348	Quelam 100mg	AMP					
000349	Demart 2mg	AMP		000350	Quelam 100mg	AMP					
000351	Demart 2mg	AMP		000352	Quelam 100mg	AMP					
000353	Demart 2mg	AMP		000354	Quelam 100mg	AMP					
000355	Demart 2mg	AMP		000356	Quelam 100mg	AMP					
000357	Demart 2mg	AMP		000358	Quelam 100mg	AMP					
000359	Demart 2mg	AMP		000360	Quelam 100mg	AMP					
000361	Demart 2mg	AMP		000362	Quelam 100mg	AMP					
000363	Demart 2mg	AMP		000364	Quelam 100mg	AMP					
000365	Demart 2mg	AMP		000366	Quelam 100mg	AMP					
000367	Demart 2mg	AMP		000368	Quelam 100mg	AMP					
000369	Demart 2mg	AMP		000370	Quelam 100mg	AMP					
000371	Demart 2mg	AMP		000372	Quelam 100mg	AMP					
000373	Demart 2mg	AMP		000374	Quelam 100mg	AMP					
000375	Demart 2mg	AMP		000376	Quelam 100mg	AMP					
000377	Demart 2mg	AMP		000378	Quelam 100mg	AMP					
000379	Demart 2mg	AMP		000380	Quelam 100mg	AMP					
000381	Demart 2mg	AMP		000382	Quelam 100mg	AMP					
000383	Demart 2mg	AMP		000384	Quelam 100mg	AMP					
000385	Demart 2mg	AMP		000386	Quelam 100mg	AMP					
000387	Demart 2mg	AMP		000388	Quelam 100mg	AMP					
000389	Demart 2mg	AMP		000390	Quelam 100mg	AMP					
000391	Demart 2mg	AMP		000392	Quelam 100mg	AMP					
000393	Demart 2mg	AMP		000394	Quelam 100mg	AMP					
000395	Demart 2mg	AMP		000396	Quelam 100mg	AMP					
000397	Demart 2mg	AMP		000398	Quelam 100mg	AMP					
000399	Demart 2mg	AMP		000400	Quelam 100mg	AMP					
000401	Demart 2mg	AMP		000402	Quelam 100mg	AMP					
000403	Demart 2mg	AMP		000404	Quelam 100mg	AMP					
000405	Demart 2mg	AMP		000406	Quelam 100mg	AMP					
000407	Demart 2mg	AMP		000408	Quelam 100mg	AMP					
000409	Demart 2mg	AMP		000410	Quelam 100mg	AMP					
000411	Demart 2mg	AMP		000412	Quelam 100mg	AMP					
000413	Demart 2mg	AMP		000414	Quelam 100mg	AMP					
000415	Demart 2mg	AMP		000416	Quelam 100mg	AMP					
000417	Demart 2mg	AMP		000418	Quelam 100mg	AMP					
000419	Demart 2mg	AMP		000420	Quelam 100mg	AMP					
000421	Demart 2mg	AMP		000422	Quelam 100mg	AMP					
000423	Demart 2mg	AMP		000424	Quelam 100mg	AMP					
000425	Demart 2mg	AMP		000426	Quelam 100mg	AMP					
000427	Demart 2mg	AMP		000428	Quelam 100mg	AMP					
000429	Demart 2mg	AMP		000430	Quelam 100mg	AMP					
000431	Demart 2mg	AMP		000432	Quelam 100mg	AMP					
000433	Demart 2mg	AMP		000434	Quelam 100mg	AMP					
000435	Demart 2mg	AMP		000436	Quelam 100mg	AMP					
000437	Demart 2mg	AMP		000438	Quelam 100mg	AMP					
000439	Demart 2mg	AMP		000440	Quelam 100mg	AMP					
000441	Demart 2mg	AMP		000442	Quelam 100mg	AMP					
000443	Demart 2mg	AMP		000444	Quelam 100mg	AMP					
000445	Demart 2mg	AMP		000446	Quelam 100mg	AMP					
000447	Demart 2mg	AMP		000448	Quelam 100mg	AMP					
000449	Demart 2mg	AMP		000450	Quelam 100mg	AMP					
000451	Demart 2mg	AMP		000452	Quelam 100mg	AMP					
000453	Demart 2mg	AMP		000454	Quelam 100mg	AMP					
000455	Demart 2mg	AMP		000456	Quelam 100mg	AMP					
000457	Demart 2mg	AMP		000458	Quelam 100mg	AMP					
000459	Demart 2mg	AMP		000460	Quelam 100mg	AMP					
000461	Demart 2mg	AMP		000462	Quelam 100mg	AMP					
000463	Demart 2mg	AMP		000464	Quelam 100mg	AMP					
000465	Demart 2mg	AMP		000466	Quelam 100mg	AMP					
000467	Demart 2mg	AMP		000468	Quelam 100mg	AMP					
000469	Demart 2mg	AMP		000470	Quelam 100mg	AMP					
000471	Demart 2mg	AMP		000472	Quelam 100mg	AMP					
000473	Demart 2mg	AMP		000474	Quelam 100mg	AMP					
000475	Demart 2mg	AMP		000476	Quelam 100mg	AMP					
000477	Demart 2mg	AMP		000478	Quelam 100mg	AMP					
000479	Demart 2mg	AMP		000480	Quelam 100mg	AMP					
000481	Demart 2mg	AMP		000482	Quelam 100mg	AMP					
000483	Demart 2mg	AMP		000484	Quelam 100mg	AMP					
000485	Demart 2mg	AMP		000486	Quelam 100mg	AMP					
000487	Demart 2mg	AMP		000488	Quelam 100mg	AMP					
000489	Demart 2mg	AMP		000490	Quelam 100mg	AMP					
000491	Demart 2mg	AMP		000492	Quelam 100mg	AMP					
000493	Demart 2mg	AMP		000494	Quelam 100mg	AMP					
000495	Demart 2mg	AMP		000496	Quelam 100mg	AMP					
000497	Demart 2mg	AMP		000498	Quelam 100mg	AMP					
000499	Demart 2mg	AMP		000500	Quelam 100mg	AMP					
000501	Demart 2mg	AMP		000502	Quelam 100mg	AMP	</				



Hospital Memorial de Natal

AV. JUVENAL LAMARTINE, 579 - TIROL - NATAL/RN
Fone: (84)3133-4200 / Fax: (84)3102-1228 - Email: hmemorial@veixmail.com.br

PROTOCOLO DE CIRURGIA SEGURA

Dados do Paciente

Registro: 126120 IH: 1 Paciente: **VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES**
Nascimento: 16/01/1995 22 anos Internação: 14/12/2017 11:13:55 Leito: APTO. 208 LUXO TV/FN

ANTES DO ATO CIRÚRGICO 14/12/2017 12:27:19 - COREN - 1906022 - BERENISE DE OLIVEIRA BRITO OLINTO

Observações:

PACIENTE ADMITIDO (A) NO C.C. PROVENIENTE DO LEITO NA MACA ACOMPANHADO DO MAQUEIRO PARA REALIZAR PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO PLATO TIRIA E CONSCIENTE ORIENTADO (A), RESPIRANDO EM AR AMBIENTE EM JEJUN S/C DO MESMO (A) NEGA ALERGIA MEDICAMENTOSA+DM+HAS, PUNÇIONADO COM JELCO Nº 20 VIAB 90,9% E SEQUE AOS CUIDADOS NO SRPA.

Doença pré-existente:

Há reserva sanguínea: NÃO Prótese: NÃO Jóias: NÃO Membro e lado da cirurgia: MIE

Exame Laboratorial: SIM Risco Cirúrgico: SIM Razo X: PRÉ: SIM-QTD: 06

Alergias (medicamentos, iodo, esparadrapo): NÃO

Assinatura Responsável

Outros Exames: 03 PELICULAS TOMOGRAFIA DO JOELHO E

SRPA

14/12/2017 12:27:19 COREN - 1906022 - BERENISE DE OLIVEIRA BRITO OLINTO

Nível consciência: CONSCIENTE

Oxigenoterapia: O2 AMBIENTE

Acesso venoso: SIM Diurese: NÃO Acidótico: NÃO Palido: NÃO Sudorese: NÃO Tremores: NÃO

Hipotensão: NÃO Razo X de Controle:

Medicação administrada:

Encaminhamento:

PACIENTE DE POI CONSCIENTE ORIENTADO (A) RESPIRANDO EM AR AMBIENTE NA HVP. VIAB 90,9% COM FERIDA OPERATÓRIA LIMP E OCLUSIVA DIURESE ESPONTÂNEA. PRECISA REALIZAR RX DE CONTROLE PÓS - OPERATÓRIO. ANEXO AO PRONTUÁRIO EXAMES, ACOMPANHADO DO MAQUEIRO E TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO POSTO, SEM INTERCORRÊNCIA SEQUE ATÉ O LEITO.

Assinatura Responsável

HOSPITAL MEMORIAL
Av. Juvenal Lamartine, 579
Tiro 59 522-4200 Natal / RN
Contato com o Hospital
Em: _____



Hospital Memorial de Natal

AV. JUVENAL LAMARTINE, 979 - TIROL - NATAL/RN

Fone: (84) 3133-4200 / Fax: (84) 3102-1225 - Email: hmemorial@veloemail.com.br

PROTOCOLO DE CIRURGIA SEGURA

Data: 14/12/2017 14:13

Registro: 126120 IH: 1

Paciente: VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES

Nascimento: 16/01/1995

22 anos

Internação: 14/12/2017 11:13:55

Leito: APTO. 208 LUXO TV/FN

PROTOCOLO DE CIRURGIA SEGURA

DURANTE E APÓS O ATO CIRÚRGICO

Tipo: RAQUI + SEDACÃO

Anestesiológico: DR. ELIANE

Tipo: FRATURA DE PLATO TIBIAL

Cirurgião: DR. MARCIO

Instrumentador: FELIPE

Circulante: DANIELA

Tipo curativo: OCCLUSIVO

Tem material para biópsia/cultura: NÃO

Inf.sanguínea: NÃO

Monitoração correta: SIM

Placa de bisturi: NÃO

Antibiótico profilático?: CEFAZOLINA 2 G

Medicação administradas:

Interconferências / Observações:

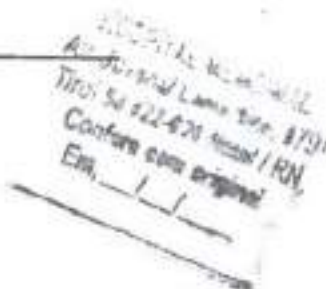
PACIENTE ADM. EM SALA AOS CUIDADOS DE DR. MARCIO + EQUIPE. NEGA HAS+ DM. ALEGA ALERGIA A AAS. PUNÇIONADA COM JELCO 20 EM MSD. ATO CIRÚRGICO REALIZADO COM ÊXITO. ENCAMINHADA A SRPA CONSCIENTE ORIENTADA. SEQUE AOS CUIDADOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM.

FICHA DE CONTROLE DE INFECÇÃO EM CIRURGIA

CONTROLE DE INFECÇÃO EM CIRURGIA

Potencial de Contaminação: Limpa


RAFAEL OLIVEIRA SILVA
COREN - 975123





Prescrição Médica / Evolução Clínica

Paciente: VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES

Convênio: PARTICULAR

Unidade: POSTO II

Leito: APTO. 208 LUXO TV/FN

Admissão: 14/12/17 11:13

Diag.: M511 - Transtornos de discos lombares e de outros discos intervertebrais com re

Reg.: 126120

Idade: 22 anos

Prontuário:

Peso: 60,0 kg Altura: 1,65m



14/12/2017 13:41

Horários de Aplicação

6574

1) DIETA LIVRE	D0 (SND)			
2) DIFIRONA 500MG/ML SOL INJ(NOVALGINA) AMP Uso: 1 ampola, via endovenosa, 08 em 08 horas.	D0 18:00	00:00,	06:00,	12:00
3) DICLOFENACO SÓDICO 50 MG COM (VOLTAREN) Uso: 1 comprimido, via oral, 08 em 08 horas.	D0 16:00	00:00,	08:00	
4) TRAMADOL, CLORIDRATO 100MG INJ (TRAMAL) Uso: 1 ampola, via endovenosa, Se necessário. DILUIR EM 100ML DE SFO 0,9%	D0 (SN)			
5) CEFAZOLINA SÓDICA 1G (KEFAZOL) Uso: 1 frasco ampola, via endovenosa, 08 em 08 horas. DILUIR EM 10 ML DE ABD.	D0 16:00	00:00,	08:00	
6) METOCLOPRAMIDA 5MG/ML 2ML (PLASIL) Uso: 1 ampola, via endovenosa, Se necessário.	D0 (SN)			
7) RANITIDINA 150MG COM (ANTAK) Uso: 1 comprimido, via oral, 12 em 12 horas.	D0 18:00	06:00		
8) SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000ML Uso: 1 frasco ampola, via endovenosa, Ao dia.	D0 (500 500)			
9) SORO GLICOSADO 5% 500ML Uso: 1 frasco ampola, via endovenosa, Ao dia.	D0 (500)			
10) RIVAROXABANA 10MG COM (XARELTO) Uso: 1 comprimido, via oral, Dose única. 6h após cirurgia	D0 20:00			
11) SINAIS VITAIS (SSV + CCGG)	D0 (M T N)			
12) SONDA VESICAL DE ALIVIO (SVA), Se necessário	D0 (SN)			

Dr. MARCIO CABRAL FAGUNDES REGO
CRM - 6574

HOSPITAL MEMORIAL
Av. Juvenal Lamartini, 2791
Telf: 51.422-628 local / RN
Confere com original
Em, _____



Prescrição Médica / Evolução Clínica

Paciente: VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES
Convênio: PARTICULAR
Unidade: POSTO II
Leito: APTO. 208 LUXO TV/FN
Admissão: 14/12/17 11:13
Diag.: M511 - Transtornos de discos lombares e de outros discos intervertebrais com re

Reg.: 128120

Idade: 22 anos

Prontuário:

Peso: 60,0 kg Altura: 1,65m

0 dia(s) de internação

14/12/2017 19:00

	Horários de Aplicação	6574
1) DIETA LIVRE	D0 (SND)	
2) DÍPIRONA 500MG/ML SOL INJ(NOVALGINA) AMP Uso: 1 ampola, via endovenosa, 06 em 06 horas.	D0 18:00; 00:00; 06:00	
3) DICLOFENACO SÓDICO 50 MG COM (VOLTAREN) Uso: 1 comprimido, via oral, 08 em 08 horas.	D0 18:00; 00:00; 08:00	
4) TRAMADOL CLORIDRATO 100MG INJ (TRAMAL) Uso: 1 ampola, via endovenosa, Se necessário. DILUIR EM 100ML DE SFO 0,9%	D0 (SN)	
5) CEFAZOLINA SODICA 1G (KEFAZOL) Uso: 1 frasco ampola, via endovenosa, 08 em 08 horas. DILUIR EM 10 ML DE ABD.	D0 18:00; 00:00; 08:00	
6) METOCLOPRAMIDA 5MG/ML 2ML (PLASIL) Uso: 1 ampola, via endovenosa, Se necessário.	D0 (SN)	
7) RANITIDINA 150MG COM (ANTAK) Uso: 1 comprimido, via oral, 12 em 12 horas.	D0 18:00; 06:00	
8) SORO FISIOLÓGICO 0,9% 1000ML Uso: 1 frasco ampola, via endovenosa, Ao dia.	D0 (500)	
9) SORO GLICOSADO 5% 500ML Uso: 1 frasco ampola, via endovenosa, Ao dia.	D0 (500)	
10) RIVAROXABANA 10MG COM (XARELTO) Uso: 1 comprimido, via oral, Dose única. 6h após cirurgia	D0 20:00	
11) SINAIS VITAIS (SSW + CCGG)	D0	
12) SONDA VESICAL DE ALIVIO (SVA), Se necessário	D0 (SN)	

Dr. MARCIO CABRAL FAGUNDES REGO
CRM - 6574

Alfa

Dr. Marcio Rego
CRM - 6574

HOSPITAL MEMORIAL
Av. General Lamare, 879
Tij. 9 - 122-6-23 - 1000 / FN
Cidade sem original
Em, 1/1



Hospital Memorial de Natal
AV. JUVENAL LAMARTINE, 079 - TIROL - NATAL/RN
Fone: (84)3133-4200 / Fax: (84)3102-1226
hmemorial@veloxmail.com.br

29
8

REGISTRO DE ENFERMAGEM - ADMISSÃO CENTRO CIRÚRGICO

Paciente: **VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES**

Registro: **128120** Nº Internação: **1**

Nascimento: **16/01/1995** 22 anos Data Internação: **14/12/2017 11:13:56** Leito: **APTO. 208 LUXO TV/FN**

ADMISSÃO DO CENTRO CIRÚRGICO

NÍVEL DE CONSCIÊNCIA:

ASPECTO GERAL

X - Ac. Vascular Aclatônico Observações:
Pálido Tremores
Vômitos Sudorese
Diurese: **Esportante**

RAIO X

Observações/QTD:

Pré: **5 PELÍCULAS**

Pos:

FERIDA OPERATÓRIA

X - Oculta Sangramento
Drenos Fibrados
Tala Tração
Edema Hematomas

SINAIS VITAIS

Pres. Arterial: **110 X 80** Temperatura: **36** °C
Pulso: **80** Respiração: **20**

Observações:

Queixas do Paciente:

SEM QUEIXAS

Observações Gerais:

PACIENTE ADMITIDA NO SETOR EM PÓS DE FRATURA DE PLATO TIBIAL CONSCIENTE E ORIENTADA NA HYAFERIDO SINAIS VITAIS SEM ANORMALIDADES COM MEDICACOES DE HORARIO PRESCRITAS COMUNICADO NUTRICAO DA SUA

Day

14/12/2017 16:13:46
COREN - 1066844

DAIANA RAFAELA CARDOSO DA SILVA RAFAELA

ESTADO GERAL

Higiene
Com auxílio
Respiração
O2 Ambiente
Deambulação
Restrito ao leito

Eliminac. Vesical: **presente**

Eliminac. Intestinal:

SINAIS VITAIS

Pres. Arterial: **110 X 80** Pulso: **82** Temperatura: **36,6** °C Respiração: **18** Saturação O2: **97** Glicose no sangue:

ACESSO VENOSO

DIETA

Oral

Áceta Total

QUEIXAS DO PACIENTE

SEM QUEIXAS

Observações Gerais:

recebe pct em pós de fratura de plato tibial, consciente orientada, dieta via oral, mantém hy, emissões fisiológicas presente, aferido ssvv e adm medicacoes, segue aos cuidados da equipe.

14/12/2017 22:01:19

COREN - 1291637

MANOEL BARBOSA SASNO

Manoel Barbosa

Manoel

ESTADO GERAL

Higiene
Com auxílio
Respiração
O2 Ambiente
Deambulação
Restrito ao leito

Corado

Aclatônico

Eliminac. Vesical: **ESPONTANEO**

Eliminac. Intestinal:

SINAIS VITAIS

Pres. Arterial: **120 X 80** Pulso: **78** Temperatura: **36** °C Respiração: **20** Saturação O2: **98** Glicose no sangue:

ACESSO VENOSO

DIETA

Oral

Áceta Total

QUEIXAS DO PACIENTE

SEM QUEIXAS

Observações Gerais:

PACIENTE PARTICULAR DE 22 ANOS, EM PÓS DE PLATO TIBIAL, CONSCIENTE ORIENTADA EM O2 AMBIENTE, HIGIENIZADO NO LEITO, TROCADO ROUPAS DE CAMA+ROUPAS PESSOAIS, AFERIDO SSVV SEM ALTERAÇÕES, ADM MEDICACOES DE HORARIO, SEGUE EM REPOUSO AOS CUIDADOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM.

14/12/2017 16:28:28

COREN - 563

RAFAEL AUGUSTO AVELINO

Rafael

Pixion - 14/12/2017 18:24 (U00A55187.734)



Hospital Memorial de Natal
AV. JUVENAL LAMARINE, 979 - TIROL - NATAL/RN
Fone: (84)3133-4200 / Fax: (84)3102-1228
hmemorial@veloxmail.com.br

REGISTRO DIÁRIO DE ENFERMAGEM

Paciente: **VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES**

Registro: **126120** N° Internação: **1**

Nascimento: **16/01/1995** 22 anos Data Internação: **14/12/2017 11:13:55**

Leito: **APTO. 208 LUXO TV/FN**

ESTADO GERAL	Higiene Com auxílio
Cordeis	Respiração O2 Ambiente
Aclerótico	Circulação Resposta ao leito

Eliminação Vesical: **ESPONTANEO**

Eliminação Intestinal: **AGUARDAR**

SINAIS VITAIS

Press. Arterial: **120 X 80**

Pulso: **80**

Temperatura: **36,6** °C

Respiração: **21**

Saturação O2: **98**

Glicose no sangue:

ACESSO VENOSO

DIETA

Oral

Alimentação Total

Obs.

QUEIXAS DO PACIENTE

SEM QUEIXAS

Observações Gerais

PACIENTE PARTICULAR DE 22 ANOS, EM PÓS DE PLATÔ TIBIAL, CONSCIENTE ORIENTADA, O2 AMBIENTE, ATERIDO SSVV SEM ALTERAÇÕES, ADM. MEDICAÇÕES DE HORARIO, SEGUIR EM REPOUSO AOS CUIDADOS DA EQUIPE DE ENFERMAGEM.

18/12/2017 14:21:09

COREN - 863892

RAFAEL AUGUSTO AVELINO

Rafael

Observações Gerais

AS 17HRS TROCADO CURATIVO POR ORDEM MEDICA, USAR UMA LUVA ESTERIL, DUAS CLOREXIDINE AQUOSA, LUVA DE PROCEDIMENTO, E UM PACOTE DE GAZE ESTERIL.

PACIENTE PARTICULAR SAIU DE ALTA HOSPITALAR, LEVADO POR MAQUEIRO E ACOMPANHADO POR FAMILIARES.

Rafael

18/12/2017

COREN - 863892

RAFAEL AUGUSTO AVELINO



HOSPITAL MEMORIAL



ORÇAMENTO HOSPITALAR

PACIENTE: VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES
CONVÊNIO: PARTICULAR
ACOMODAÇÃO: ENFERMARIA
PROCEDIMENTO: FRATURA DE TIBIA
MÉDICO SOLICITANTE: MÁRCIO RÊGO



DESPESA HOSPITALAR (INCLUI MATERIAL)

R\$ 4.200,00

TOTAL GERAL

R\$ 4.200,00

ESTÁ INCLUSO:

01 DIÁRIA DE ENFERMARIA
01 DIÁRIA DE ACOMPANHANTE COM CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR.

NÃO ESTÁ INCLUSO:

ANTIBIÓTICO
INTERCORRÊNCIAS
LONGA PERMANÊNCIA
FISIOTERAPIA
RISCO CIRÚRGICO
CONCENTRADO DE HEMÁCIAS
EXAMES LABORATORIAIS
UTI

OBS. ORÇAMENTO VÁLIDO POR 30 DIAS.

11 de dezembro de 2017.

sponsável p/ Orçamento


Regiane Souza
Enc. Faturamento
F: 076.178.274-21

*Pago
2017
ele
Mário Almeida*

*Pago
24-12-17
RFS*



ORÇAMENTO HOSPITALAR

PACIENTE: VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES
CONVÊNIO: PARTICULAR
ACOMODAÇÃO: ENFERMARIA
PROCEDIMENTO: FRATURA DE TIBIA
MÉDICO SOLICITANTE: MÁRCIO RÉGO

● DESPESA HOSPITALAR (INCLUI MATERIAL)

R\$ 4.200,00

TOTAL GERAL

R\$ 4.200,00

ESTÁ INCLUSO:

01 DIÁRIA DE ENFERMARIA
01 DIÁRIA DE ACOMPANHANTE COM CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR

NÃO ESTÁ INCLUSO:

● ANTIBIÓTICO
INTERCORRÊNCIAS
LONGA PERMANÊNCIA
FISIOTERAPIA
RISCO CIRÚRGICO
CONCENTRADO DE HEMÁCIAS
EXAMES LABORATORIAIS
UTI

OBS. ORÇAMENTO VÁLIDO POR 30 DIAS.



Natal, 11 de dezembro de 2017.

Responsável p/ Orçamento


Jiane Souza
E.O. Faturamento
FONE 075.178.274-21

Av. Juvenal Lamartine, 979 – Tirol – Natal/RN CEP: 59022-020
Fone: (84) 3133-4200 – Fax: (84) 201-1228 – E-Mail: hmemorial@veloxmail.com.br





17/12/2017 12:51:36
14/01/2018 12:51:36
COMPROVANTE DE PAGAMENTO
PREPAGA PARA CONTRIBUIÇÃO
FUNDADA: JUC. NUNO DA L. 08.11.1966
NÚMERO: 0079-9 COMAR: 16.200-4 VALOR: 1
DATA DA TRANSFERÊNCIA: 14/12/2017
NÚM. INCIDÊNCIA: 10.100.000.000.000
TRANSFERÊNCIA: 14/12/2017
VALOR: 10.100.000.000.000
DATA DO PAGAMENTO: 14/12/2017
VALOR: 10.100.000.000.000
VALOR TOTAL: 4.288,80
NR. AUTENTICAÇÃO: 8.598.125.475.203.128
LIT. E/OU VÍDEO COMO COMPROVANTE ESTE INCIDENTO.
ENTRE OUTRAS INFORMAÇÕES.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
SECRETARIA DA FAZENDA
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e

Nº da Nota

000029717

Nº da Substituída

Data/Hora de Emissão
05/02/2018 às 14:26:29

Competência
FEV/2018

Código de Verificação
TXKG54800

Data Prest. de Serviço
06/02/2018

PRESTADOR DE SERVIÇOS

CNPJ: 12.827.593/0001-43

Inscrição Municipal: 016.388-0

Razão Social: NOSSA CLINICA MEDICA LTDA

Endereço: RUA DOUTOR JOAO MARCELINO, 1.901, 59612-012, ABOLICAO I, II

Município: Mossoró

UF: RN

Telefone: 8433158800

E-mail: administrativo@nossaclinicamedica.com

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome/Razão Social: VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES

CPF/CNPJ: 091.301.184-33

Inscrição Municipal:

Endereço: SÍTIO EXU, S/N, 58760-000, ZONA RURAL

Município: ALMIRÃO AFONSO

UF: RIO GRANDE DO NORTE

Telefone: 8498227564

E-mail:

SERVIÇOS

RES: HOSPITAL, CLÍNICAS, LABORATÓRIOS, SANATÓRIOS, MANICÓRIOS, CASAS DE SAÚDE, PRONTO-SOCCORROS, AMBULATÓRIOS E CONVÊNIOS.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VL. UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	USO DOPPLER VELOCIM			
3	TC ARTICULAÇÃO	2,00	260,00	520,00
		1,00	380,00	380,00

VALOR TOTAL DA NFS-e R\$: 900,00

Deduções (R\$)	Base Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor de ISS (R\$)	Outras Retenções (R\$)
0,00	900,00	5,00	45,00	0,00
ISS (R\$)	IRPJ (R\$)	CSLL (R\$)	COFINS (R\$)	PIS/PASEP (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES

REALIZADO EM JNT



PROTOCOLLO
RECEBIDO
14 MAR. 2018
TERRE DO SOL ADM.
E COMPETIÇÃO DO SCS



Viziosa Opere

ORGANISMO

- Fratura do fêmur + hip

MATERIAL

- 02 parafusos 7.0

Itens necessários: 02 unidades de
curativos

2.5.00

[Handwritten signature]



Av. Juvenal Lamartine, 979 - Fone: (84) 3133-4200 - CEP 59022-020 - Tirol - Natal/RN



Rio de Janeiro, 04 de Abril de 2018

Carta nº: 12611363

A/C: VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES

Nº Sinistro: 3180118833
Vítima: VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES
Data do Acidente: 14/11/2017
Cobertura: DANOS
Procurador: MARIA VILANI DE OLIVEIRA

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditor: VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES

Valor: R\$ 963,84

Banco: 001

Agência: 000001365-X

Conta: 000010026422-0

Tipo: CONTA POUPANÇA

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Proc. 01/000113631-19/09_1P - DAVS



Rio de Janeiro, 04 de Abril de 2018

Carta nº: 12611293

A/C: VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES

Nº Sinistro: 3180120465
Vítima: VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES
Data do Acidente: 14/11/2017
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: MARIA VILANI DE OLIVEIRA

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES

Valor: R\$ 843,75

Banco: 001

Agência: 000001365-X

Conta: 000010026422-0

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	843,75

Benço Pessoal: Perda completa da mobilidade de um joelho 25%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente (DPVAT): (25% de 25%) 6,25%

Valor a Indenizar: 6,25% x R\$ 13.500,00 =

R\$ 843,75

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

12

Nº 0100235-96.2018.8.20.0135



CERTIDÃO

CERTIFICO, que nesta data, registrei e autuei no SAJ, a presente Procedimento Ordinário, a qual tomou o nº 0100235-96.2018.8.20.0135; dou fé.

Almino Afonso/RN, 26 de abril de 2018.


Ana Katia Queiroz
Auxiliar de Secretária

CONCLUSÃO

CONCLUSOS, nesta data, estes autos a(o) Dr(a). Thiago Lins Coelho Fonteles, Juiz de Direito da Vara Única, desta Comarca.

Almino Afonso/RN, 26 de abril de 2018.


Ana Katia Queiroz
Auxiliar de Secretária



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Almino Afonso



<i>Autos n.º</i>	<i>0100225-06.2018.8.20.0135</i>
<i>Ação</i>	<i>Procedimento Ordinário PRC</i>
<i>Requerente</i>	<i>Fátima de Oliveira Alves</i>
<i>Requerido</i>	<i>Seguradora Líder das Comarcas do Seguro DPVAT S/A</i>

DESPACHO

Em juízo de cognição sumária, entendo presentes os requisitos da petição inicial.

Defiro o pedido de gratuidade judiciária (art. 98 do CPC).

Tendo em vista a necessidade de prova pericial e as peculiaridades das ações indenizatórias sobre seguro obrigatório, deixo de designar, inicialmente, a audiência que alude o artigo 334, do CPC, observando-se a regra contida no § 4º do mesmo dispositivo, uma vez que é costume das demandadas (seguradoras) somente realizarem acordo após a realização da perícia médica no caso de indenização por invalidez.

Tendo em vista haver necessidade de perícia médica, nomeio o Sr. **FÁBIO GONDIM NEPOMUCENO**, Médico Ortopedista, inscrito no CRM/RN nº 5.429, para exercer a função de perito nos autos do presente feito, fixando desde logo os honorários no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), nos termos do Convênio nº 001/2013, firmado pelo TJ/RN e a Seguradora Líder dos Consórcios de DPVAT S/A, mediante termo de compromisso, cumprindo ao profissional cumprir escrupulosamente o encargo que fora cometido, nos termos do disposto no art. 422, do Código de Processo Civil.

Assim, *debo de marcar audiência prévia de conciliação*. Cite-se a parte requerida para contestar e depositar os honorários periciais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial.

Providencie a Secretaria Judiciária:

- a) citação da parte promovida, no prazo legal de 15 (quinze) dias;
- b) intimação do perito para ciência, no prazo de 05 (cinco) dias;
- c) intimação dos advogados dos litigantes, para, em 05 (cinco) dias, a contar da intimação da presente deliberação, querendo, ratificarem ou apresentarem seus quesitos, bem como indicar perito assistente.

Em seguida, após a intimação das partes para a quesitação e indicação de assistente, assim requeram, proceda-se com a realização de perícia.



Em caso de não ser realizado o depósito dos honorários periciais, fica desde já cientificado a parte demandada que poderá ser realizada penhora de ativos financeiros em contas bancárias de sua titularidade.

Havendo preliminares e/ou alegação de fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito autoral, ouça-se a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias. Em seguida, após a intimação das partes para a quesitação e indicação de assistente, assim requeiram, proceda-se com a realização de perícia.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Almino Afonso-RN, 11 de maio de 2018.


Thiago Lins Coelho Fonteles
Juiz de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA Vara Única DA COMARCA DE Almino Afonso

CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO

Processo n.º 0100235-96.2018.8.20.0135

Ação: Procedimento Ordinário

Requerente: Viviane de Oliveira Alves

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Documento nº: 0100235-96.2018.8.20.0135-001

MD. Representante Legal da

Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

Rua Senador Dantas, 74, Andares 5,6,9,14 e 15, Centro

Rio de Janeiro-RJ

CEP 20031-205.

De ordem do(a) Dr. Thiago Lins Coelho Fonteles, Juiz de Direito da Vara Única, com a finalidade de CITAR Vossa Senhoria por todo o conteúdo da petição inicial que segue em anexo cópia e do inteiro teor do campo finalidade infratranscrito:

FINALIDADE: Citar Vossa Senhoria para, no **prazo de 15 (quinze) dias**, contestar a presente, sob pena de revelia e confissão sobre os fatos narrados na inicial, bem como **intimá-lo** para, no mesmo prazo, efetuar o pagamento dos honorários periciais, mediante depósito judicial.

Almino Afonso/RN, 14 de maio de 2018.


Lenivan Nunes de Paiva
Chefe de Secretaria

44
4

JUNTADA DE AVISO DE RECEBIMENTO

Em 25 de junho de 2018 é juntado a estes autos o aviso de recebimento (AR804719718TJ - Cumprido) referente ao ofício n. 0100235-96.2016.6.20.0135-001 emitido para Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. Usuário: F201135

 CORREIOS AR AVISO DE RECEBIMENTO	
DESTINATÁRIO Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A Rua Senador Dantas, 74, Andares 5, 6, 9, 14 e 15, Centro 20031-205, Rio de Janeiro, RJ	
AR804719718TJ 	
ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR Viana Unida Rua Antônio Joaquim, 184, Centro 55790-000, Armino Alencar, RN	
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> <div> TESTATIVAS DE ENTREGA 1ª _____ 2ª _____ 3ª _____ ATENÇÃO Após 5 (cinco) tentativas de entrega, devolver o objeto. </div> <div> DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (OPCIONAL) 0100235-96.2016.6.20.0135-001 </div> </div>	
MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO <input type="checkbox"/> Retornado <input type="checkbox"/> Endereço inexistente <input type="checkbox"/> Não existe o número <input type="checkbox"/> Desconhecido <input type="checkbox"/> Outro	RUBRICA E MATRÍCULA DO CORREIO R. Júnior 8.956.534-7
ASSINATURA DO RECEBEDOR R. Júnior RG: 27.681.292-9 - DETRAN	DATA ENTREGA 05 JUN 2018
NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR	

1-5

QUEIROZ CAVALCANTI

ADVOCACIA



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE ALMIRANTE AFONSO - RN

Processo nº 0100235-95.2018.8.20.0135

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., devidamente qualificada, por seus procuradores ao final assinados, estes com endereço profissional na Rua da Hora, n. 692, Espinheiro, Recife/PE, CEP 52.020-010, local onde deverão receber as intimações de estilo, vem, na presença de V. Exa., apresentar CONTESTAÇÃO, ao processo movido por VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES, já qualificada pelos fundamentos de fato e de direito adiante lançados;

1. REQUERIMENTO INICIAL

Muito embora a parte demandada tenha diversos procuradores constituídos nos autos, requer de plano que toda e qualquer intimação nos referentes autos seja feita única e exclusivamente para a pessoa do(a) Bel(a) Rostand Inácio dos Santos OAB/PE 22.718 e OAB/RN 1273-A com endereço na Rua da Hora, 692 - Espinheiro - Recife/PE.

Rua da Hora, 692 - Espinheiro - Recife/PE - CEP: 52020-015. Fone: 81 2101.5717

www.queirozcavalcanti.adv.br
CE - BA - CL - MA - PE



2. SÍNTESE DA LIDE

O autor propôs a presente ação de cobrança alegando que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 14/11/2017. Em decorrência do referido acidente, alega que restou inválido permanentemente.

Confirma ainda ter recebido indenização paga pela demandada no valor de R\$ 963,84 (novecentos e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos), a título de DAMS e R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), a título de invalidez. Contudo, insatisfeito, ingressa com a presente ação pleiteando a condenação da demandada ao pagamento de indenização no valor atualizado de até R\$ 8.606,25 (oito mil, seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos), a título de complementação da indenização securitária por invalidez e R\$ 1.736,16 (um mil, setecentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos), por DAMS.

No curso do presente, iremos demonstrar as razões pelas quais não se deve dar provimento à demanda.

3. VERDADE DOS FATOS

Faz-se necessário explicitar os fatos descritos na inicial para que este Juízo possa melhor compreender o acerto nos valores pagos à parte autora a título de indenização securitária. Ora, após o acidente foi constatado que o autor apresentava a invalidez permanente parcial incompleta, tendo o pagamento da indenização sido realizado de acordo com o disposto no art. 3º, § 1º, alínea II da lei 6194/74.

Ressalte-se que para a realização do pagamento, houve toda uma regulação administrativa, com base na própria documentação apresentada pelo Demandante foi definido o valor ao qual o mesmo fazia jus.

Acaso a invalidez da parte autora fosse total e completa, teria recebido a indenização integral de R\$ 9.450,00 prevista na Lei 11.945/2009. Contudo, como ela



foi parcial incompleta, deve ser indenizada na exata proporção prevista em lei. Adiante-se que o pagamento de indenização conforme o percentual de invalidez não é nada de estranho ou novo em nosso ordenamento.

O regimento do DPVAT sempre foi assim, como também o é, por exemplo, a legislação acidentária do INSS, como de todos sabido. Tentar pleitear indenização integral por evento parcial é contrário ao nosso sistema e evidente tentativa de enriquecimento ilícito.

4. DO MÉRITO

4.1. DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTO IMPRESCINDÍVEL AO EXAME DA QUESTÃO, LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO - IML

Em análise do presente feito, verifica-se com extrema facilidade que a parte autora alega que restou inválida haja vista as graves lesões corporais sofridas.

No entanto, cumpre ressaltar que a parte autora NÃO FEZ A COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL DA SUA PRETENSÃO.

Com efeito, os parágrafos 4º e 5º, acrescentados ao art. 5º da lei nº 6.194/74 pela lei nº 8.441/92, estabelecem:

§ 4º. Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora.

O art. 5º, § 5º da Lei 6.194/74, com as alterações sofridas pela Lei 11.482/2007, assim disciplina:



§ 5º. O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até noventa dias, laudo a vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

Definitivamente, não foi juntado aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, certificando com a exatidão que a lei determina o percentual de invalidez da parte autora e qual o grau de redução funcional que, porventura, atingiu a mesma, elemento imprescindível para que possa ser fixada a indenização correspondente, de acordo com a tabela específica, como previsto na lei e nas normas disciplinadoras. Tais normas, aliás, são editadas mercê da previsão legal do artigo 12 da lei nº 6.194/74, neste ponto não alterada pela lei nº 8.441/92.

Referida prova documental incumbe à parte autora da presente demanda, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supra transcrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do CPC.

Nesse sentido, vejamos jurisprudência:

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
SECRETARIA DAS TURMAS RECURSAIS MISTAS DA CAPITAL
3ª TURMA RECURSAL MISTA DA CAPITAL
PROCESSO: 20020119027387
RECORRIDO: JOSE ANTONIO DOS SANTOS
RECORRENTE: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA
ORIGEM: 1 JEC JOÃO PESSOA/PB
14 de setembro de 2011
CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PROVIMENTO: PRINCÍPIO DA CAUSA MADURA – INEXISTÊNCIA DE
LAUDO DO IML – AUSÊNCIA DE PROVA QUANTO A DEBILIDADE –
IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO.



"ACORDA a Egrégia 3ª Turma Recursal Mista da Comarca da Capital, à unanimidade, conhecer do recurso por ser tempestivo, e dar-lhe provimento para, com fulcro no Art. 515, § 3º, CPC (Princípio da Causa Madura), julgar improcedente a ação, tendo em vista a ausência do laudo traumatológico do IML (Instituto de Medicina Legal) nos autos do processo, que constitui documento hábil para comprovação de debilidade(s) ou morte, resultantes de acidentes de trânsito, devidamente indenizáveis através do seguro DPVAT, sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios por ser o recorrido, beneficiário da justiça gratuita, nos termos do voto oral do Relator, e precedentes desta Turma. Satisfatoriamente fundamentada e motivada com indicações a presente Súmula, servirá ela como Acórdão, lógico-sistemática e teleologicamente observados e aplicados os princípios da celeridade, da informalidade, da racionalidade, da eficácia, da razoabilidade, atenta a Turma ao disposto imprescindível do art. 93, IX da CRFB.

Desta forma, não havendo prova irrefutável de que a invalidez da parte autora se configurou em caráter permanente e, ainda, não se sabendo o grau de invalidez da mesma, a Ré não pode ser compelida a efetuar o pagamento indenização, motivo pelo qual deve a presente demanda ser extinta sem resolução do mérito em consonância com o disposto no artigo 485, IV do Código de Processo Civil.

4.2. DA INCAPACIDADE DA PARTE AUTORA - NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA

Referido seguro oferece cobertura às pessoas vítimas que restaram permanentemente inválidas até o limite estipulado pela Medida Provisória nº 340, de 29 de dezembro de 2006, hoje convertida na Lei nº. 11.482, de 31 de maio de 2007, a qual determina que o valor a ser pago a título de Seguro Obrigatório DPVAT, nos casos de sinistro invalidez, é da ordem de ATÉ R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

O valor da indenização para invalidez permanente só é pago à vítima a partir do momento em que foi determinado o caráter definitivo da invalidez e, ainda assim,



proporcionalmente ao percentual da incapacidade de que a parte autora é portadora, devidamente comprovado através de rigorosa perícia médica.

Resta claro que a realização de perícia médica judicial, com a consequente confecção de laudo médico pericial pormenorizado, e que atenda às especificações impostas pela Resolução nº 1/75 expedida pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, que é o órgão normatizador da matéria, é indispensável ao deslinde da demanda.

Posto isto, resta evidente que o Seguro Obrigatório visa garantir ao sujeito passivo do dano, ou aos seus beneficiários, uma indenização direta, sem levar em conta o aspecto de sua satisfação econômica. Sua essência, portanto, é a de uma garantia social mínima às vítimas do evento danoso ou aos seus beneficiários.

Cabe salientar que, caso esse D. Juízo entenda ser necessária a realização de perícia médica, a Ré em nada se opõe, desde que não fique a cargo desta qualquer ônus que, por ventura, possa advir com a produção desta prova, uma vez que, inclusive, cabe ao Autor, por representar prova de fato constitutivo de seu direito (Art. 373, I do CPC).

Na mesma linha de raciocínio, destacamos a previsão do art. 95 do CPC:

Art. 95. Cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo a do perito adiantada pela parte que houver requerido a perícia ou rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes.

Caso V.Exa. entenda que o ônus da prova não deva recair sobre a parte autora, destacamos a imperiosa necessidade de ser observado o artigo 5º, §5º da Lei 6.194/74, determina que o Instituto Médico Legal da Jurisdição do acidente é quem deve fornecer o laudo:



§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até noventa dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.

A recente jurisprudência abaixo corrobora o que dito acima:

TJRN - PROCESSO 2013.000152-1 - AGRAVO DE INSTRUMENTO
ÓRGÃO JULGADOR: 1ª CÂMARA CÍVEL JULGAMENTO: 23/05/13
EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DA PROVA PERICIAL OBJETIVANDO A AFERIÇÃO DO GRAU DE INVALIDADE DO SINISTRADO. INAPLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. JUSTIÇA GRATUITA DEFERIDA PELO JUÍZO DE ORIGEM. REALIZAÇÃO DA PERÍCIA PELO INSTITUTO MÉDICO LEGAL. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 5º, § 5º, DA LEI FEDERAL Nº 6.194/1974, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI FEDERAL Nº 11.945/2009.
- A relação havida entre a seguradora e o sinistrado é de ordem obrigacional, versando quanto ao seguro DPVAT, possuindo esta regulamentação própria. Ademais, o caráter obrigatório afasta a possibilidade de inversão do ônus da prova com base na legislação consumerista, sem que haja prova do fato constitutivo de seu direito. - Tendo a prova pericial sido requerida exclusivamente pelo autor, por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz, os honorários periciais, segundo regra contida no artigo 33 do Código de Processo Civil, devem ser suportados pelo demandante, salvo se ele for detentor do benefício da assistência judiciária gratuita, hipótese em que a perícia necessária será realizada pelo Instituto Médico Legal - IML, para o fim de aferir o grau de invalidez do sinistrado. - Agravo de instrumento conhecido e provido.
Relator: Des. Amílcar Maia

Desta feita, devem os autos serem remetidos ao IML, para realização da perícia na parte autora.

4.3. DA PREVISÃO DA LEI 6.194/74 NOS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE



Para fundamentar seu pedido, a parte autora sustenta que o valor a ser pago encontra-se sob a égide da lei 11.945/2009 que alterou o valor das indenizações do seguro DPVAT. Segundo a inicial, a referida lei prevê que nos casos de invalidez permanente o valor indenizável é de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Sendo assim, alegando ser detentor de invalidez permanente total, a parte autora pleiteia indenização securitária correspondente ao teto máximo indenizável.

Ocorre que, as Leis 11.482/2007 e 11.945/09 alteraram o valor da indenização do seguro DPVAT para ATÉ R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser observado os percentuais estabelecidos na tabela de invalidez, ora anexada à referida Lei.

O art.3º - regulador das indenizações pagas pelo seguro DPVAT - tem atualmente a seguinte redação:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art.2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II – Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) – no caso de invalidez permanente; e

III – Até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§1º No caso da cobertura de que trata o inciso II, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez



permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatómicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I – quando se tratar de invalidez parcial completa, a perda anatómica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e,

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatómica ou funcional na forma **prevista na alínea "a"**, **procedendo-se**, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinquenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10 por cento, nos casos de sequelas residuais (...)

(grifo nosso)

A disposição legal acima transcrita (parágrafo terceiro do artigo 3º. da lei 11.482/07), leva em consideração que apenas a invalidez total e completa será indenizada pelo teto de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Invalidez total e completa é aquela que não permite a realização de quaisquer atividades remuneradas pela vítima, ou simplesmente as normais atividades do dia a dia.

Vê-se que apesar da clareza do texto legal, a parte autora pretende o recebimento de indenização no valor de R\$ 8.606,25 (oito mil, seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos), o que não tem apoio na legislação em vigor. Caso constatada invalidez parcial, a indenização deve ser proporcional ao mal sofrido, conforme os percentuais previstos na tabela indicada na lei. O próprio STJ tem entendimento pacífico no sentido de diferenciar a indenização por invalidez em total e parcial.

Esquemáticamente abaixo consta a tabela de como se deve proceder a avaliação da debilidade da parte autora, uma vez constatada a sua existência:



4.5. DA CORREÇÃO MONETÁRIA – APLICAÇÃO DA SÚMULA 580 DO STJ

No caso de superveniência de sentença condenatória, além da observância acerca do cálculo da indenização estabelecido pela Lei nº 11.945/09, requer seja considerada por Vossa Excelência a data do evento danoso para a incidência da correção monetária, na forma do estabelecido na Súmula 580 do STJ, in verbis:

SÚMULA 580

A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no §7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso.

(Súmula 580, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 19/09/2016).

Dessa feita, requer a improcedência do feito, caso não seja esse o entendimento que seja aplicada a correção monetária nos termos expostos acima.

4.6. DOS JUROS LEGAIS

Quanto à incidência de juros de mora em caso de procedência do pedido autoral, espera a contestante que os mesmos sejam deferidos nos termos abaixo.

Os juros de mora, em caso de eventual condenação, devem ser contados a partir da citação, vez que tratamos de responsabilidade contratual, conforme determinou o STJ por meio da Súmula 426:

Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.

Desta feita, requer que seja julgado totalmente improcedente a presente demanda, conforme as razões já expostas acima.



5. DOS PEDIDOS

Diante do acima exposto, vem requerer:

1. A total improcedência dos pedidos autorais e a condenação do autor nos ônus da sucumbência;
2. Apresentar os quesitos para realização da perícia;
3. Em caso de eventual condenação, que seja levado em consideração o grau de lesão suportada pelo Autor, que deverá ser calculada sobre o patamar máximo indenizável para o presente caso, conforme Tabela de Cálculo para as Indenizações por Invalidez, ora anexada e que seja levado em consideração a data do sinistro ocorrido para o cálculo da condenação, abatendo-se os valores devidamente pagos;
4. Requer, ainda, a oitiva da parte autora, para fins de supressão das dúvidas e omissões existentes nos fatos narrados em sua peça inaugural, para fins de comprovação do nexo causal existente entre o sinistro ocorrido e as lesões sofridas;
5. Na remota hipótese de condenação, caso haja fixação de honorários de sucumbência, considerando a causa de baixa complexidade, requer sejam os mesmos limitados ao percentual de 15%, conforme previsão do art. 85, § 2º, do CPC.

Protesta por todos os meios de prova admitidos para a espécie, notadamente a juntada de documentos, bem como o depoimento pessoal da parte autora, sob pena de confissão.



Nestes termos,

Pede e espera deferimento,

Almino Afonso, 13 de julho de 2018.

Rostand Inácio dos Santos
OAB/PE 22.718 e OAB/RN 1273-A

Tatiane Bezerra Campos
OAB/PE 42.610

Antônio Martins T. Júnior
Advogado
OAB/RN - 5432



INVALIDEZ	PERCENTUAL INDENIZÁVEL	PERCENTUAL DA INVALIDEZ	INDENIZAÇÃO
Perda completa da mobilidade de um dos joelhos	25% (R\$ 13.500,00) = R\$ 3.375,00	25% (3.375,00)	R\$ 843,75

É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008.

Outrossim, acerca da necessidade de aplicação da tabela anexa a lei 11.945/2009, destaca-se a Súmula 544 do STJ, vejamos:

É válida a utilização de tabela do Conselho Nacional de Seguros Privados para estabelecer a proporcionalidade da indenização do seguro DPVAT ao grau de invalidez também na hipótese de sinistro anterior a 16/12/2008, data da entrada em vigor da Medida Provisória n. 451/2008.

Corroborando todo o exposto acima, o STJ editou a Súmula 474, pacificando o entendimento que a indenização do Seguro DPVAT para os casos de invalidez parcial, independente da época do sinistro, deverá ser paga sempre de forma proporcional ao grau de invalidez. Vejamos o enunciado da referida Súmula:

A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

Desta forma, em conformidade aos entendimentos jurisprudenciais e a previsão legal sobre a matéria, requer a total improcedência do feito, não merecendo prosperar o pleito da parte autora em receber o teto máximo indenizável.



4.4. DAMS – NECESSIDADE DE DESEMBOLSO PARA POSSIBILITAR O PEDIDO

O autor alega na inicial que sofreu acidente de trânsito, que foi atendido em caráter particular, que contraiu despesas médicas e, por isso, requer o ressarcimento das Despesas de Assistência Médica e Suplementar – DAMS.

Ocorre que o pedido do autor não merece prosperar, uma vez que não juntou recibo de quitação das despesas requeridas, ou seja, não comprovou que efetivamente pagou pelas despesas das quais pretende ressarcimento.

No caso de ressarcimento de despesas médicas decorrentes de acidente automobilísticos, a Lei 6.194/74, em seu artigo 3º, III, utiliza o termo reembolso.

Art. 3º.

“III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (G.N.)

§ 2º - Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do caput deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.” (G.N.)

Logo, o direito ao reembolso das despesas médicas previstas na referida Lei, pressupõe a necessidade de desembolso prévio.

As Leis não contêm palavras inúteis. Isto posto, vejamos o significado do termo reembolsar:



re-embolsar

1. Tomar a embolsar; receber (o dinheiro desembolsado).
2. Restituir (o dinheiro que outrem desembolsou).
3. Entrar na posse do dinheiro que se emprestou ("reembolsar", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, <https://www.priberam.pt/dlpo/reembolsar> - consultado em 1-9-2017).

Citam-se algumas decisões reconhecendo a necessidade de desembolso prévio:

TJPB

Processo: 09820070007046001

Acórdãos

Relator: DES. SAULO HENRIQUES DE SA E BENEVIDES

Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível

Data do Julgamento: 19/05/2009

AÇÃO DE COBRANÇA C/C DANOS MATERIAIS -SEGURO OBRIGATÓRIO - DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES DPVAT - REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICAS - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE NEXO CAUSAL ENTRE AS DESPESAS E AS LESÕES /DECORRENTES DO ACIDENTE - ÔNUS DO DEMANDANTE - ART. 333, I DO CPC - RECURSO DESPROVIDO. - Tratando-se de seguro obrigatório, o reembolso das despesas de assistência médica e suplementares DAMS, decorrentes das lesões causadas pelo acidente, é feito somente mediante a comprovação de tais gastos. Apelação Cível n. 2008.064540-6, Relator Henry Petty Junior, Órgão Julgador Terceira Câmara de Direito Civil, Data 08/01/2009 - Cabe a parte autora comprovar a existência de fato constitutivo de seu direito, nos termos do art. 333, I do CPC, descabendo reconhecer o seu direito ao recebimento da indenização legal quando não consegue desincumbir-se do ônus de demonstrar a existência de nexo causal entre as despesas médicas e o acidente automobilístico.

Assim, tratando-se de despesas médicas não comprovadas, o pedido do autor deve ser julgado improcedente.



ANEXO I

QUESITOS À PERÍCIA:

1. Queira o Sr. Perito informar, detalhadamente, quais são as lesões atualmente apresentadas pela Autora e se as mesmas decorrem (ou não) do acidente relatado na petição inicial;
2. Queira o Sr. Perito informar se das referidas lesões decorreu alguma invalidez ou incapacidade para a Autora e, em caso positivo, qual o seu respectivo grau de extensão, DE ACORDO COM O DISPOSTO NA TABELA CONTIDA NA RESOLUÇÃO N.º 1/75, DE 03/10/75, EXPEDIDA PELO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS – CNSP, bem ainda se a mesma é definitiva ou meramente provisória;
3. Queira o Sr. Perito informar se eventual tratamento médico poderia eliminar ou minorar as lesões já existentes e, em caso positivo, especificar;
4. Queira o Sr. Perito justificar as suas conclusões e esclarecer o que mais entendam necessário para o deslinde da causa;
5. Queira o Sr. Perito informar o tempo da consolidação da invalidez.



ANEXO II

(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008, transformada na Lei 11.945/2009)

(art. 3º da Lei nº 8.164, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



ANEXO III

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUPANCA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:	29/01/2018
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL:	843,76

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES

BANCO: 001

AGÊNCIA: 01365-X

CONTA: 000010006422-0

Nº. da Autenticação 6C177245P4C19081



Seguradora Líder DPVAT

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social por seu Diretor Jurídico, **MARCELO DAVOLI LOPES**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 143.370, inscrito no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, e por seu Diretor de Relações Institucionais, **JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 836.356 expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 174.562.151-15, nomeia e constitui seus bastantes procuradores, D^{rs}. **BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTI**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE 19.353; **CARLOS ANTÔNIO HARTEN FILHO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE 19.357; **EMILIANA QUEIROGA CARTAXO**, brasileira, solteira, advogada, inscrito na OAB/PB 12.999; **FLÁVIO DE QUEIROZ BEZERRA CAVALCANTI**, brasileiro, divorciado, advogado, inscrito na OAB/PE 10.923; **MANUELA MOURA DA FONTE**, brasileira, casada, OAB/PE 20.397; **MILENA NEVES AUGUSTO**, brasileira, solteira, advogada, inscrito na OAB/PB 12.006; **ROSTAND INÁCIO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE 22.718; **TÂNIA VAINSENER**, brasileira, casada, advogada, inscrito na OAB/PE 20.124 – A, TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA **QUEIROZ CAVALCANTI ADVOCACIA**, COM ESCRITÓRIO NA RUA DA HORA Nº 692, ESPINHEIRO, RECIFE - PE, TEL: (81) 2101-5757, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, confere plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, receber e dar quitação, conciliar nos termos dos artigos 447 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2009



MARCELO DAVOLI LOPES

JOSÉ MÁRCIO BARBOSA NORTON

Procuração com a única finalidade de Seguradora Líder DPVAT emitir notas de seguro e pagar indenizações.

Geto Parte 4 editado e francamente desde 23 de janeiro de 2011

PH. David Aronson Ltd. Somerset House - Piccadilly London W1
or direct to us at: Somerset House, LONDON W1P 9AT or telephone 01-7346888

© 2004 Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Internal Medicine* 255: 105–112

CONSTITUTIONA DIVERSE CALLO DA
CONSTITUTIONA DIVERSE CALLO DA

[illegible][illegible][illegible][illegible]

IMPRESSIONS

REGISTRARIONO ISTRUZIONI
COMPENSAZIONE DEL RENDIMENTO PER IL
TRACCE E IL RENDIMENTO PER IL
TRACCE E IL RENDIMENTO PER IL

[illegible][illegible]

[illegible]

Escritório Recife
Rua da Moura, 500
Capim Grosso - Recife - PE
CEP 52003-516
Tel.: 81 2101 5151/Fax: 81 2101 5151
queirozcavalcanti@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório Salvador
Av. Tancredo Neves, 1202, Sala 702, Ed. Omega Empresarial
Lacerdópolis - Salvador - BA
CEP 41829-036
Tel.: 71 3271 5110/3242 2289
queirozcavalcanti-ba@queirozcavalcanti.adv.br



SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, com reservas, os poderes que lhe foram conferidos por ACE SEGURADORA S/A, ALFA BRASIL COMPANHIA DE SEGUROS, AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS, APS SEGURADORA S/A, ATLÂNTICA COMPANHIA DE SEGUROS, ÁUREA SEGUROS S/A, AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, BANESTES SEGUROS S/A, BCS SEGUROS S/A, BERKLEY INTERNATIONAL DO BRASIL SEGUROS S/A, BRADESCO SEGUROS, BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS, BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, BRASILVEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS, BVA SEGUROS S/A, CAIXA SEGURADORA S/A, CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, CHUBB DO BRASIL CIA. DE SEGUROS, CIA. DE SEGUROS MINAS GERAIS, CIGNA SEGUROS S/A, COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA, COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL, COMPANHIA DE SEGUROS GRALHA AZUL, COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDÊNCIA DO SUL, COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS, COMPANHIA MUTUAL DE SEGUROS, CONAPP - COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, CONFIANÇA COMPANHIA DE SEGUROS, DAYPREV VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, FEDERAL DE SEGUROS S/A, GENERALI DO BRASIL - CIA. NACIONAL DE SEGUROS, GENTE SEGURADORA S/A, ICATU HARTFORD SEGUROS S/A, IH COMPANHIA DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA, INDIANA SEGUROS S/A, ITAÚ SEGUROS S/A, J. MALUCELLI SEGURADORA S/A, JAVA NORDESTE SEGUROS S/A, MAPFRE NOSSA CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, MAPFRE SEGURADORA DE GARANTIAS E CRÉDITOS S/A, MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, MAPFRE VERA CRUZ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, MARES - MAPFRE RISCOS ESPECIAIS SEGURADORA S/A, MARÍTIMA SEGUROS S/A, MBM SEGURADORA S/A, MINAS - BRASIL SEGURADORA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, MITSUI SUMITOMO SEGUROS S/A, MONGERAL S/A SEGUROS E PREVIDÊNCIA, NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A, PANAMERICANA DE SEGUROS S/A, PARANÁ COMPANHIA DE SEGUROS, PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS, PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, PQ SEGUROS S/A, PREVIMAX PREVIDÊNCIA PRIVADA E SEGURADORA S/A, SAFRA SEGUROS GERAIS S/A, SAFRA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, SANTANDER SEGUROS S/A, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, SINAF PREVIDENCIAL CIA. DE SEGUROS, SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, TÓKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S/A, TÓKIO MARINE SEGURADORA S/A, UBF GARANTIAS & SEGUROS S/A, UNIBANCO AIG SEGUROS S/A, UNIBANCO AIG VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, VANGUARDA CIA. DE SEGUROS GERAIS, ZÜRICH BRASIL SEGUROS S/A, para os advogados ANTÔNIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR, OAB/RN 5.432 e THIAGO MIRANDA GONÇALVES DE OLIVEIRA OAB/RN 9.379, todos brasileiros, para atuarem nos processos de Seguro DPVAT tendo o presente termo vigência para protocolo.

Natal-RN

15-01-2017

Rogério Inácio dos Santos
OAB/PE 22.716

1-5

QUEIROZ CAVALCANTI

ADVOCACIA



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE ALMINO AFONSO-RN

Processo nº: 0100235-96.2018.8.20.0135

SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, já qualificada, nos autos do processo em epígrafe, em que VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES, por meio de seus advogados que esta subscrevem vem respeitosamente a presença de V. Exa., **REQUERER DILAÇÃO DE PRAZO PARA O RÉU PAGAR OS HONORÁRIOS PERICIAIS, VISTO GRANDE DEMANDA DE PAGAMENTOS QUE A SEGURADORA VEM REALIZANDO.**


135 PUG-11.0000235-96.2018.8.20.0135

Nestes termos,

Pede Diferimento.

ALMINO AFONSO, 13 de julho de 2018.


Rostand Inácio dos Santos
OAB/PE 22.718


Antônio Martins T. Júnior
Advogado
OAB/RN - 5432

Rua da Hora, 888, Fátima - RHO/ONF - CEP: 55200-000, Fone: (35) 3215.762

www.queirozcavalcanti.adv.br

135 PUG-11.0000235-96.2018.8.20.0135

QUEIROZ
CAVALCANTI
ADVOCACIA



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE ALMINO AFONSO - RN

Processo nº 0100235-96.2018.8.20.0135


SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. já qualificada, nos autos do processo em epígrafe, em que VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES, por meio de seus advogados que esta subcrevem vem respeitosamente a presença de V. Exa., requerer a juntada de comprovante de pagamento de honorários periciais e prestar esclarecimento sobre a guia de pagamento anexada.

Sendo assim, pugna a Ré a esse D. Juízo pela declaração de cumprimento da obrigação e continuidade no feito.

Nestes termos,

Pede Deferimento,

Almino Afonso, 27 de julho de 2018.


Rostand Inácio dos Santos
OAB/PE 22.718

10.07.2018 15:36:07 - 4.001.001.001.001

Rua da Hora, 682, Espinheiro - Recife/PE - CEP: 52020-015, Fone: 81.2181.5757

www.queirozcalvanti.adv.br
PE - BA - PB - MA - SE



Nº DA PARCELA 0	DATA DO DEPÓSITO 26/07/2018	AGÊNCIA (NIF / DV) 1365	Nº DA CONTA JURISDICAL 300128933229
Nº DA GUIA 2467514	Nº DO PROCESSO 01002355620188200135	TRIBUNAL TRIBUNAL DE JUSTICA	TIPO DE JUSTICA ESTADUAL
CORRACA ALMIR AFONSO	ORIGEM/VARIA VARA UNICA	DEPOSITANTE RÉU	VALOR DO DEPÓSITO (R\$) 200,00
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA Jurídico	CNPJ / CNPJ
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES		TIPO DE PESSOA Física	CNPJ / CNPJ 09130118433
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA F1EB196FD49B97B9			





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUÍZO DE DIREITO DA(O) VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALMINO AFONSO-RN.

Nº. do Processo: 0155235-16.2018.8.20.9136

CERTIDÃO

Certifico, e dou fé que a *Contestação* de fls. 45/68, apresentada em 18/07/2018 pelo(a) Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, parte requerida no presente feito, por seu advogado, foi TEMPESTIVA, tendo em vista o prazo final se expirar em 19/07/2018, conforme juntada de AR em data de 26/06/2018.

Certifico ainda que, a parte promovida efetuou o depósito referente ao pagamento dos honorários periciais, como se vê em fls. 70/71.

Almino Afonso-RN, 24 de agosto de 2018.

Jarismar Casme da Silva
Auxiliar Técnico - 503617

ATO ORDINATÓRIO

Em conformidade com o Provimento no. 10/2005, da Corregedoria da Justiça do Rio Grande do Norte, republicado no DOE de 06/07/2005 e em homenagem ao princípio da celeridade processual, procede-se ao seguinte ato processual:

(x)- Intimação da parte requerente através de seu advogado, a fim de que se manifeste sobre as alegações arguidas na contestação, bem como sobre os documentos acostados pela parte requerida, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

Almino Afonso-RN, 24 de agosto de 2018.

Jarismar Casme da Silva
Auxiliar Técnico - 503617



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato, constante da relação nº 0156/2018, foi disponibilizado no Diário da Justiça nº 2585, do dia 24/08/2018, sendo considerada como data da publicação o dia 27/08/2018, com início do prazo em 28/08/2018, conforme a Lei nº 11.419/2006 e as Resoluções nº 34/2007 e 10/2011-TJRN.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas:

01/09/2018 à 02/09/2018 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
01/09/2018 à 02/09/2018 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
07/09/2018 à 07/09/2018 - Port. Conjunta nº 67/2017-TJ - Independência do Brasil - Suspensão
08/09/2018 à 09/09/2018 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
08/09/2018 à 09/09/2018 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
15/09/2018 à 16/09/2018 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
15/09/2018 à 16/09/2018 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão

Advogado
Pedro Emanuel Domingos Leite (OAB 10152/RN)

Prazo em dias: 15 Término do prazo: 16/09/2018

Teor do ato: "Intimação da parte requerente através de seu advogado, a fim de que se manifeste sobre as alegações arguidas na contestação, bem como sobre os documentos acostados pela parte requerida, no prazo de 15 (quinze) dias úteis."

Do que dou fé.
Almirão Afonso, 27 de agosto de 2018.

Diretor(a) de Secretaria



PEDRO EMANOEL DOMINGOS LEITE
Advogado



AO DOUTO JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALMINO AFONSO -
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

Autos nº 0100235-96.2018.8.20.0135

Requerente: Viviane de Oliveira Alves

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.

VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES, devidamente qualificada nos autos em epígrafe, por seu advogado que a esta subscreve, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nestes autos de **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT** que move em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, apresentar sua **IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO E DOCUMENTOS**, pelos motivos a seguir expostos:

BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO

A autora propôs Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT em desfavor da seguradora requerida objetivando receber o valor remanescente da indenização pertinente ao seguro DPVTA por invalidez, decorrente ao acidente de trânsito datado em 14/11/2017, onde recebeu apenas R\$ 963,84 (novecentos e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos) a título de despesas médicas e R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos) a título de invalidez.

1



DO MÉRITO

Em sua defesa a segurado contestante, debate-se nos seguintes tópicos:

- AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML
- GRADUAÇÃO DA LESÃO;
- TERMO A QUO DOS JUROS E DA CORREÇÃO MONETÁRIA;
- DIMINUIÇÃO DA VERBA HONORÁRIA;

Destarte, a autora passa agora a debruçar-se sobre as teses meritórias apresentadas pela seguradora requerida, onde, com efeito, melhor sorte não lhe aguarda.

I - FALTA DE LAUDO DO IML – DOCUMENTO INDISPENSÁVEL

Alega a Requerida, que os documentos colacionados aos autos não são capazes de qualificar a invalidez experimentada pela autora, bem como quantificar seu grau, sendo o único documento apto para sua comprovação o laudo expedido pelo IML.

Contudo, basta a realização de prova pericial para comprovar que a autora sofreu perda da função de membro superior direito, ocasionada por acidente automobilístico. Até mesmo a requerida concorda haver necessidade de produzir prova pericial, ao apresentar quesitos que pretende ver respondidos através de perito judicial.

O entendimento dos Tribunais pátrios, com efeito, não é outro senão o aqui defendido, valendo citar duas recentes ementas do Egrégio TJSP que se amoldam perfeitamente ao caso presente:

SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT COBRANÇA. INVALIDEZ PERMANENTE [...] LAUDO DO IML NÃO É DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO SENTENÇA ANULADA. Apelação

2



parcialmente provida, com determinação. (TJ-SP - APL: 64937620108260152 SP 0006493-76.2010.8.26.0152, Relator: Cristina Zucchi, Data de Julgamento: 05/11/2012, 34ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/11/2012). (grifo acrescido).

[...] SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. MORTE DO SEGURADO. PETIÇÃO INICIAL. ALEGAÇÃO DE VÍCIO PELA FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO INDISPENSÁVEL. DESACOLHIMENTO. O laudo do IML não constitui documento de apresentação indispensável com a petição inicial, na ação de cobrança de prestação securitária (DPVAT). A prova do dano, à falta de disposição legal específica, pode ser feita pelos diversos meios probatórios, circunstância que, por si só, afasta a possibilidade de cogitar da indispensabilidade da prova documental para tal demonstração.[...] (TJ-SP - APL: 9119010072008826 SP 9119010-07.2008.8.26.0000, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 09/10/2012, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 09/10/2012). (grifo acrescido).

Destarte, diferentemente do alegado pela ré, a documentação acompanhada da inicial faz prova constitutiva do direito da autora, requerendo, portanto, que seja rejeitada a referida tese de mérito.

II – GRADUAÇÃO DA LESÃO

Douto Magistrado, embora a autora tenha dado valor máximo para o grau de invalidez – até pela eventualidade da perícia médica indicar sua incapacidade total – requer seja realizada perícia para que, o douto perito informe em seu laudo o grau da incapacidade do membro afetado pelo acidente automobilístico, para que se apure o valor indenizatório devido a requerente.

O requerimento da condenação do valor remanescente, deve ser avaliado em consonância com as indicações graduação constante do laudo pericial.

Portanto, não há litígio quanto à aplicabilidade da tabela da SUSEP, indicada pelos Tribunais pátrios como incluível aos acidentes ocorridos após o início da vigência da Lei 11.945/09, desde que seja apurada através de perícia médica, observando-se todos os trâmites legais.



III - TERMO A QUO DA CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA

Com relação aos juros de mora, a autora concorda com o posicionamento da seguradora requerida, haja vista a aplicação dos juros de mora já se encontrar sumulada (426 do E. STJ), assim, requer a aplicação dos juros de mora a contar da citação válida.

Em relação à correção monetária a autora também concorda com o entendimento da seguradora requerida, devendo a correção monetária ter como marco inicial a data do sinistro, entendimento este que vem sendo aplicado pelos tribunais pátrios, senão vejamos:

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1.- Na ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT o termo inicial da correção monetária é a data do evento danoso. 2.- Agravo Regimental improvido. (STJ - AgRg no AREsp: 46024 PR 2011/0149361-7, Relator: Ministro SIDNEI BENETI, Data de Julgamento: 16/02/2012, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 12/03/2012). (grifos acrescentados).

SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO. LEI N. 11.482/2007. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. 1. No caso de acidente ocorrido na vigência da Lei n. 11.482/2007, a indenização relativa ao seguro DPVAT deve corresponder a R\$ 13.500,00, de acordo com os percentuais previstos na tabela de condições gerais de seguro de acidente suplementada. 2. A correção monetária sobre dívida por ato ilícito incide a partir do efetivo prejuízo (Súmula n. 43/STJ). 3. Agravo regimental provido em parte para se conhecer do recurso especial e dar-lhe parcial provimento. (AgRg no Ag 1.290.721/GO, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, DJe 14.6.11). (grifos acrescentados).

SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE. ACIDENTE OCORRIDO ANTERIORMENTE À VIGÊNCIA DA LEI 8.441/92, QUE ALTEROU A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 4, 5, 7 E 12 DA LEI 6.194/74. PAGAMENTO DE 50% DA INDENIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. DATA DO ACIDENTE. JUROS DE MORA A CONTAR DA CITAÇÃO. [...] 6. No seguro obrigatório incide correção monetária desde o evento danoso e juros de mora a partir da citação. 7. Recurso especial parcialmente provido, apenas para reconhecer que os juros de mora devem incidir a partir da citação. (REsp 875.876/PR, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 27.6.11). (grifos acrescentados).



PEDRO EMANOEL DOMINGOS LEITE
Advogado



Destarte, o marco inicial para a correção monetária deverá, *data venia*, observar a data do sinistro (14/11/2017), quanto aos juros de mora estes deverão ser fixados a partir da citação válida (26/06/2018), o que desde já se requer na espécie.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer que Vossa Excelência, julgue procedente a presente ação, determinando-se a realização de perícia médica que apure o grau de invalidez que acomete a autora, para assim condenar-se a seguradora requerida nos exatos termos da inicial.

Nesses Termos,
Pede deferimento.

Almino Afonso/RN, 27 de agosto de 2018.

PEDRO EMANOEL DOMINGOS LEITE
OAB/RN 10152



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUIZO DE DIREITO DA(O) Vara Única DA COMARCA DE ALMINO AFONSO-RN.

Proc. Nº 0100235-96.2018.1.20.6135

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, a Impugnação à Contestação de fls. 74/78, apresentada em 2018, pela parte autora **Viviane de Oliveira Alves**, no presente feito, por seu advogado foi **TEMPESTIVO**, tendo em vista o prazo final se expirar em 18/09/2018.

Almino Afonso-RN, 28 de agosto de 2018.


Edmilson Ernesto Sobrinho

Auditor de Secretaria



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato, constante da relação nº 0193/2018, foi disponibilizado no Diário da Justiça nº 2636, do dia 25/10/2018, sendo considerada como data da publicação o dia 26/10/2018, com início do prazo em 29/10/2018, conforme a Lei nº 11.419/2006 e as Resoluções nº 34/2007 e 10/2011-TJRN.

Advogado

Pedro Emanuel Domingos Leite (OAB 10152/RN)
Rostand Inacio dos Santos (OAB 12734/RN)

Prazo em dias Término do prazo

Teor do ato: "INTIMAÇÃO: Cumprindo determinação do Dr. Renan Brandão de Mendonça, Juiz de Direito em substituição legal nesta Comarca, INTIMO Vossa(s) Senhoria(s) para acompanhar(em) a Perícia Médica que será realizada na parte autora no dia 27 de novembro de 2018, às 08:00h, no Fórum Municipal desta cidade, sito a Rua Antonio Joaquim, 184, Centro, Almirão Afonso/RN. Lenivan Nunes de Paiva Chefe de Secretaria"

Do que dou fé.
Almirão Afonso, 26 de outubro de 2018.

Director(a) de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Almino Afonso



13520180013545

Autos n.º 0100235-96.2018.8.20.0136
Ação Procedimento Ordinário/PROC
Requerente Viviane de Oliveira Alves
Requerido Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Mandado n.º 135.2018/001368-5
Oficial de Justiça: Carlos Jean Gomes de Paiva (1977)

MANDADO DE INTIMAÇÃO

O(A) Dr(a). Renan Brandão de Mendonça, Juiz de Direito, da Vara Única da Comarca de Almino Afonso, na forma da lei e no uso de suas atribuições, etc.

MANDA ao Oficial de Justiça, encarregado da diligência que, em cumprimento ao presente, extraído da ação, acima caracterizada, efetue a INTIMAÇÃO do(a)(s) infraqualificado(a)(s), por todo o conteúdo do presente mandado

DESTINATÁRIO Viviane de Oliveira Alves, Sítio Exu, S/N, Zona Rural - CEP 59760-000, Almino Afonso-RN, CPF 091.301.184-33, RG 002917478, Solteira, Brasileiro(a), Agricultora

FINALIDADE Intimação de Vossa Senhoria para comparecer ao Fórum Municipal desta Cidade (endereço abaixo), **no dia 27 de novembro de 2018, às 08:00h**, a fim de se submeter a perícia médica.

OBSERVAÇÃO A parte deverá comparecer munida dos exames médicos que eventualmente disponha (Ralo X, etc).

SEDE DO JUÍZO Rua Antônio Joaquim, 184, Centro - CEP 59760-000, Fone: 3395-1982, Almino Afonso-RN

Mandado expedido e subscrito por ordem do(a) Juiz de Direito, Renan Brandão de Mendonça.

Almino Afonso-RN, 25 de outubro de 2018.

Viviane de Oliveira Alves

Lenivan Nunes de Paiva
Chefe de Secretaria

Mod: Mandado de Intimação Geral - SJCAA



CERTIDÃO

Certifico, que INTIMEI a referida pessoa do inteiro conteúdo do presente mandado, onde a mesma ciente de tudo ficou que após de lido e explicado lhe foi entregue a contrafé do mandado e em seguida foi dado o respectivo ciente, conforme consta. O referido é verdade; dou fé.

Nº do mandado: 135.2018/001368-5;

Almino Afonso-RN, 05 de novembro de 2018.

Carlos Jean Gomes de Paiva
Oficial de Justiça

SECRETARIA JUDICIAL
FE 82
AL MANDO AL JUEZ

[illegible][illegible][illegible]

Informações do acidente

Data do Acidente: 19.11.18

a) Sim

a) ☐ Sim b) ☒ N&O

b. ☒ **Parcial** (Dano anômico e/ou funcional permanente que compromete apenas parte do patrimônio físico e/ou mental de vítima). Em se tratando de dano parcial, informar se o dano é:



b.1) ☐ **Parcial Completo** (Dano anatómico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2) ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anatómico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 8.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatómico

1ª Lesão

MTE

Marque aqui o percentual:

☐

10% Residual

☐

25% Leve

☒

50% Média

☐

75% Intensa

2ª Lesão

☐

10% Residual

☐

25% Leve

☐

50% Média

☐

75% Intensa

3ª Lesão

☐

10% Residual

☐

25% Leve

☐

50% Média

☐

75% Intensa

4ª Lesão

☐

10% Residual

☐

25% Leve

☐

50% Média

☐

75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios aqui apresentados:

Data de realização do exame médico legal:

Espaço para assinatura do médico legista perito

Informações Complementares

Adano c/ ynter p/ta e
p/ta 24+ p/ta c/clarat
função mte

Dr. Fábio Roberto
Cirurgião do Trabalho - CRM-PB 4429
Rua Dr. Chaves Miranda, 209 - São João
Campina Grande - PB - CEP 530-000
Fones: (03) 3341-2600 / 3341-2601



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUIZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALMINO AFONSO



Processo nº 0100235-98/2018.8.20.0105
Ação: Procedimento Ordinário
Requerente: Viviane de Oliveira Alves
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, em 27/11/2018, foi realizada a perícia médica pelo perito nomeado Fábio Gondim Nepomuceno- CRM nº 5429, bem como foi juntada aos autos o laudo pericial às fls. 83/84, na mesma data.

Almino Afonso/RN, 29 de novembro de 2018.

Jarismar Cosme da Silva
Auxiliar Técnico



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Almino Afonso



Processo n.º 0100235-96.2018.8.20.0135
Autor: Viviane de Oliveira Alves
Réu: Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT S/A

DESPACHO

Tendo em vista o adimplemento dos honorários periciais conforme se ver à fl.70/71, determino a expedição do alvará em nome do perito FÁBIO GONDIM NAPOMUCENO, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Expeça-se o alvará.

Expedientes necessários.

Cumpra-se.

Almino Afonso/RN, 27 de novembro de 2018

RENAN BRANDÃO DE MENDONÇA
Juiz(a) de Direito

DATA

Nesta data, recebi estes autos do(a) MM. Juiz(a) de Direito desta Comarca.
Do que, para constar, lavro este termo.

Almino Afonso-RN, / / .

Lenivan Nunes de Paiva
Chefe de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE ALMINO AFONSO



ALVARÁ JUDICIAL

Processo nº 0100235-96.2018.8.20.0135

Ação: Procedimento Ordinário

Requerente: Viviane de Oliveira Alves

Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

O Excelentíssimo Senhor Doutor **Renan Brandão de Mendonça** - Juiz de Direito da Vara Única, na forma da lei, etc.

Pelo presente Alvará de Autorização, expedido nos autos da ação supra caracterizada, autorizo ao **BANCO DO BRASIL S/A**, a pagar a(o) Senhor(a) **Fábio Gondim Nepomuceno**, Av. Macêdo Macêdo Brandão, 1011, Jardim Cidade Universitária - CEP 58052-200, João Pessoa-PB, CPF 872.375.204-15, a quantia de R\$ 200,00 (duzentos reais), devidamente corrigido, correspondente ao depósito Judicial nº 300128933229, tudo na conformidade do seguinte despacho: "Assim, determino a realização de perícia, para a qual nomeio o perito Fábio Gondim Nepomuceno - CRM nº 5429, fixando o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) como honorários periciais. O valor a ser pago pela Seguradora, que deve ser INTIMADA a fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, mediante depósito judicial." **DADO E PASSADO** nesta Comarca de Almino Afonso, Estado do Rio Grande do Norte. Eu, Lenivan Nunes de Paiva - Chefe de Secretaria, que fiz digitar, imprimir e subscrevo.

Almino Afonso, 27 de novembro de 2018.

Renan Brandão de Mendonça

Juiz de Direito

Dr. Fábio Gondim Nepomuceno
Crédito do Juízo - CRM-PB, 5429
Rua Dr. Cassiano Brandão, 208 - São João
Campina Grande-PB, CEP 58400-000
Fone: (83) 3341-2600 / 3341-2501



PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUIZO DE DIREITO DA Vara Única DA COMARCA DE Almino Afonso
Rua Antônio Joaquim, 184, Centro - CEP 59760-000, Fone: 3385-1982, Almino Afonso-RN



ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: 0100235-96/2018 8 20.0135
Ação: Procedimento Ordinário

Em conformidade com o Art. 78, XV, do Código de Normas da Corregedoria da Justiça do Rio Grande do Norte, e em homenagem ao princípio da celeridade processual, procede-se ao seguinte ato processual:

Através da presente publicação fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) INTIMADO(S) para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem acerca do Laudo Pericial de fls. 83/84 e oferecerem alegações finais, ficando cientes que em caso de inércia será proferido o julgamento da lide.

Almino Afonso/RN, 05 de dezembro de 2018.

ASSINATURA DIGITAL

Assinado digitalmente nos termos do artigo 1º, III, "a", da Lei nº 11.419/06

Jarismar Cosme da Silva
Auxiliar Técnico

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por JARISMAR COSME DA SILVA. Para conferir o original, acesse o site: <https://pje.trf4.jus.br/proc/1000235-96/2018/8/20/0135> e o código autenticador: 19042017123099200000040719198



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato, constante da relação nº 0208/2018, foi disponibilizado na página 2661 do Diário da Justiça nº 03175964, do dia 06/12/2018, sendo considerada como data da publicação o dia 06/12/2018, com início do prazo em 07/12/2018, conforme a Lei nº 11.419/2006 e as Resoluções nº 34/2007 e 10/2011-TJ/RN.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas:

06/12/2018 à 09/12/2018 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
08/12/2018 à 09/12/2018 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
15/12/2018 à 16/12/2018 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
15/12/2018 à 16/12/2018 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
20/12/2018 à 31/12/2018 - Recesso Forense - Suspensão
20/12/2018 à 31/12/2018 - Recesso Forense - Suspensão
22/12/2018 à 23/12/2018 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
22/12/2018 à 23/12/2018 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
20/12/2018 à 31/12/2018 - Recesso Forense - Suspensão
20/12/2018 à 31/12/2018 - Recesso Forense - Suspensão
20/12/2018 à 31/12/2018 - Recesso Forense - Suspensão
20/12/2018 à 31/12/2018 - Recesso Forense - Suspensão
20/12/2018 à 31/12/2018 - Recesso Forense - Suspensão
20/12/2018 à 31/12/2018 - Recesso Forense - Suspensão
29/12/2018 à 30/12/2018 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
20/12/2018 à 31/12/2018 - Recesso Forense - Suspensão
01/01/2019 à 06/01/2019 - Recesso Forense - Suspensão
01/01/2019 à 06/01/2019 - Recesso Forense - Suspensão
01/01/2019 à 06/01/2019 - Recesso Forense - Suspensão
01/01/2019 à 06/01/2019 - Recesso Forense - Suspensão
01/01/2019 à 06/01/2019 - Recesso Forense - Suspensão
01/01/2019 à 06/01/2019 - Recesso Forense - Suspensão
07/01/2019 à 20/01/2019 - Recesso dos Advogados - Suspensão
07/01/2019 à 20/01/2019 - Recesso dos Advogados - Suspensão
07/01/2019 à 20/01/2019 - Recesso dos Advogados - Suspensão
07/01/2019 à 20/01/2019 - Recesso dos Advogados - Suspensão
07/01/2019 à 20/01/2019 - Recesso dos Advogados - Suspensão
12/01/2019 à 13/01/2019 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
07/01/2019 à 20/01/2019 - Recesso dos Advogados - Suspensão
07/01/2019 à 20/01/2019 - Recesso dos Advogados - Suspensão
07/01/2019 à 20/01/2019 - Recesso dos Advogados - Suspensão
07/01/2019 à 20/01/2019 - Recesso dos Advogados - Suspensão
07/01/2019 à 20/01/2019 - Recesso dos Advogados - Suspensão
07/01/2019 à 20/01/2019 - Recesso dos Advogados - Suspensão
07/01/2019 à 20/01/2019 - Recesso dos Advogados - Suspensão
07/01/2019 à 20/01/2019 - Recesso dos Advogados - Suspensão

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Pedro Emanuel Domingos Leite (OAB 10152/RN)	10	21/01/2019
Rostand Inácio dos Santos (OAB 12734/RN)	10	21/01/2019

Teor do ato: "Através da presente publicação fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) INTIMADO(S) para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestarem acerca do Laudo Pericial de fls. 83/84 e oferecerem alegações finais, ficando cientes que em caso de inércia será profendo o julgamento da lide."

TJRN - COMARCA DE ALMIRAO AFRONSO
Cerdão - Processo 0100225-98.2018.8.20.0135

Emissão em: 09/12/2018 13:24
Página 20 de 11204



Do que dou fé
Almirao Afonso, 5 de dezembro de 2018.

Chefe de Secretaria



PEDRO EMANOEL DOMINGOS LEITE
Advogado



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE ALMINO AFONSO – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

Ref. Proc. nº 0100235-96.2018.8.20.0135

Requerente: Viviane de Oliveira Alves

Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, movido em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, também devidamente qualificada, vem por meio de seu advogado, perante este Douto Juízo, nos termos do despacho de fls., informar e requerer o que segue:

No dia 27 de novembro de 2017, a requerente foi submetida a perícia médica judicial, onde o douto perito judicial constatou e atestou em seu laudo, que a requerente sofreu acidente automobilístico no dia 14 de novembro de 2017, e que deste acidente a requerente restou com danos anatômicos e funcionais em caráter definitivo no **"MEMBRO INFERIOR ESQUERDO"**, sequelas estas que comprometem 50% do referido membro, conforme item VI, b.2.1, do laudo pericial.

A lei nº Lei 6.914/74 que institui o seguro obrigatório DPVAT, prevê três tipos de cobertura: morte, invalidez permanente e despesas médicas, desde que comprovado o preenchimento dos requisitos, que são: a) a existência de um sinistro; b) a ocorrência de lesões ou morte; e c) o nexo de causalidade.

135 PJE 0100235-96.2018.8.20.0135

1



A sequela que acomete a requerente lhe acarreta dano déficit funcional, de acordo com a conclusão médica pericial constante do item IV do laudo pericial, assim o calculo do valor a ser pago deve obedecer ao percentual de 50% (cinquenta por cento) do valor total coberto pelo seguro obrigatório, conforme tabela em anexo:

Danos Corporais Totais	Percentual da Perda
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursam com: (a) dano cognitivo-comportamental	
alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre	
deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)	
comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais,	
pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis	
de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de	
qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou	70
de uma das mãos	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo	25
polegar	
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da	
mão	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais)	Percentuais das Perdas
Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou	50
da visão de um olho	
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	
	10

Assim, em tendo as sequelas que acometem a requerente sido quantificadas em 50% (cinquenta por cento), esse percentual deve ser calculado com base no valor total pago pelo DPVAT, ou seja, deve-se calcular 50% (cinquenta por cento) de 70% (setenta por cento) de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).



PEDRO EMANOEL DOMINGOS LEITE
Advogado



Portanto, a seguradora requerida haveria de ter pago a requerente a importância de R\$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais).

Tendo a seguradora requerida pago administrativamente a importância de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), tal valor deve ser abatido, assim, a seguradora requerida deve ser condenada a pagar ao demandante a diferença remanescente, referente a **INVALIDEZ**, no importe de **R\$ 3.881,25 (três mil, oitocentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos)**.

Em decorrência das lesões sofridas, a demandante necessitou realizar procedimento cirúrgico particular que totalizaram R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais), assim, referente às despesas médicas, na via administrativa, a seguradora efetuou o pagamento de apenas R\$ 963,84 (novecentos e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos), assim, a requerente faz jus ao recebimento da diferença referente ao **DAMS** no valor de **R\$ 1.736,16 (um mil, setecentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos)**.

O presente laudo pericial atesta as sequelas sofridas pela requerente em decorrência de acidente automobilístico, preenchendo assim os requisitos necessários ao deferimento do seguro obrigatório DPVAT.

Portanto, restou comprovado que a requerente sofreu acidente pessoal a bordo de veículo terrestre, e que deste acidente restou com sequelas de caráter definitivo, portanto, faz jus ao recebimento da complementação do seguro obrigatório DPVAT.

Diante do exposto, requer:

- a) Seja julgado procedente os pedidos da presente ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT, condenando-se a seguradora requerida, a pagar indenização referente ao seguro obrigatório DPVAT, no valor de **R\$ 3.881,25 (três mil, oitocentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos)** e **R\$ 1.736,16 (um mil, setecentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos)**

3



PEDRO EMANOEL DOMINGOS LEITE
Advogado

referente às despesas medicas, valores estes que deverão ser corrigidos monetariamente e acrescido de juros de mora desde a citação válida.

Nestes termos

Pede deferimento.

Almino Afonso/RN, 10 de dezembro de 2018.

PEDRO EMANOEL DOMINGOS LEITE
OAB/RN 10152

QUEIROZ CAVALCANTI

ADVOCACIA



EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE ALMIR AFONSO - RN

Processo nº 0100235-96.2018.8.20.0135

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., devidamente qualificada, neste ato representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos do processo acima, que lhe promova VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES, vem, perante Vossa Excelência, face ao r. despacho, apresentar ALEGAÇÕES FINAIS, mediante as razões de fato e de direito aduzidas.

1. DAS PRETENSÕES DO DEMANDANTE E SÍNTESE DOS FATOS

O autor propôs a presente ação de cobrança alegando que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 14/11/2017, e, em decorrência do referido sinistro, diz ter ficado inválido permanentemente, embora não tenha apresentado documentação hábil legal que comprovem tais lesões.

Contudo, insatisfeito, pasmem, ingressa com a presente ação pleiteando a condenação da demandada ao pagamento de indenização no valor de R\$ 8.806,25 (oito mil, seiscientos e seis reais e vinte e cinco centavos), a título de indenização securitária e R\$ 1.736,16 (um mil, setecentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos) referentes a reembolso por despesas médicas.

137 491,18 00000235-96.2018.8.20.0135

Rua da Hora, 892, Espinheiro - Recife/PE - CEP: 52026-015, Fone: 81 2101-5767

www.queirozcavalcanti.adv.br
PE • BA • CE • RN • PB



2. DO MÉRITO

2.1. DO MÉRITO – RAZÕES PARA A IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS AUTORAIS

Nos itens seguintes, rebater-se-ão, pontualmente, cada qual dos argumentos suscitados pelo autor e provas produzidas na instrução processual, demonstrando-se, assim, o total descabimento de seus pleitos.

2.2. DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE

Ressalta-se a existência de dúvida acerca do nexo de causalidade da debilidade da vítima, haja vista que na documentação médica de urgência não é possível identificar o médico responsável pelo atendimento.

Ademais, não foram carreados aos autos quaisquer documentos aptos a comprovar que a debilidade permanente advém do referido acidente.

Diante de tais fatos contraditórios, a Seguradora pede que seja verificada, com a acuidade habitual desta r. Juízo, a real existência do nexo de causalidade, ensejador de pagamento da verba indenizatória aqui requerida.

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte autora é a Lei n.º 6.194/74, modificada para Lei 8.441/92. Estas leis determinam que deva existir nexo de causalidade e efeito entre a debilidade e o acidente noticiado.

Desta forma, fica impossível a parte autora receber a indenização devida às vítimas de acidente, com invalidez permanente, que envolve automotores terrestres, face à inexistência do nexo de causalidade entre a sua debilidade e do acidente automobilístico narrado nos autos.



Não há qualquer documento nos autos que comprove que o sinistrado teria ficado com debilidade permanente em decorrência do acidente narrado na peça inicial.

A ré esclarece que o art. 5º, § 3º, da Lei n.º 8.441/92 é de clareza meridiana quando estabelece que:

Art. 5º. Omissis

(...)

§ 3º - Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecida diretamente pelo Instituto Médico Legal, independentemente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente..

Resta claro, pelos fatos narrados na peça inaugural, e os documentos juntados pelo apelado, que não existe comprovação cabal da debilidade do sinistrado em decorrência do acidente noticiado.

O eminente jurista Rui Stoco, em seu livro Tratado de Responsabilidade Civil, Editora RT, SP, 5a ed. pág. 106, tece comentários acerca do Nexo Causal, da seguinte forma:

Na etiologia da responsabilidade civil, estão presentes três elementos, ditos essenciais na doutrina subjetivista: a ofensa a uma norma preexistente ou erro de conduta, um dano e o nexo de causalidade entre uma e outro. Adverte Caio Mario ser "este o mais delicado dos elementos da responsabilidade civil e o mais difícil de ser determinado". Aliás, sempre que um problema jurídico vai ter na indagação ou na pesquisa da causa, desponta a sua complexidade maior. Mesmo que haja culpa e dano, não existe obrigação de reparar, se entre ambos não se estabelecer a relação causal. Como explica Genéviève Vincy: "cabe ao jurista verificar se entre os dois fatos conhecidos (o fato danoso e o próprio dano) existe um vínculo de causalidade suficientemente caracterizado" (*Traité de Droit Civil*, a



cargo de Jacques Ghestin, Les Obligations, Responsabilité Civile, n. 333, p. 406).

A jurisprudência, por seu turno, imputa o ônus probatório a parte apelada, quanto à demonstração do nexo causal, conforme se verifica da seguinte ementa:

A prova do nexo de causalidade é do autor.

TJRJ-8ª Cam. Ap. Rel. Dourado de Gusmão - j. 22.3.83- RT 573/202

Portanto, não havendo nexo causalidade e efeito entre a debilidade e o acidente noticiado, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente.

2.3. DA MANIFESTAÇÃO ACERCA DO LAUDO PERICIAL REALIZADO

Devemos ainda alertar a este magistrado que a parte autora tenta confundir o Juízo com a alegação de que sua incapacidade permanente estaria em 100%, quando na verdade, existe debilidade permanente parcial incompleta, de acordo com o laudo expedido pelo Ilmo. Perito.

No presente caso, o Ilmo. Perito atesta que o Autor possui invalidez parcial incompleta mensurada em 50% do MEMBRO INFERIOR ESQUERDO.

Segmento Análise	Mensuração permanente	
1º Membro	<input checked="" type="checkbox"/> 10% total	<input type="checkbox"/> 20% total
	<input checked="" type="checkbox"/> 50% Membro	<input type="checkbox"/> 70% Membro
2º Membro	<input type="checkbox"/> 10% total	<input checked="" type="checkbox"/> 20% total
	<input type="checkbox"/> 50% Membro	<input checked="" type="checkbox"/> 70% Membro

O art.3º - regulador das indenizações pagas pelo seguro DPVAT - tem atualmente a seguinte redação:



Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II – Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) – no caso de invalidez permanente; e

III – Até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§1º No caso da cobertura de que trata o inciso II, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I – quando se tratar de invalidez parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e,

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma **prevista na alínea "a", procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinquenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10 por cento, nos casos de sequelas residuais.**(...) (grifo nosso)

A disposição legal acima transcrita (parágrafo terceiro do artigo 3º, da lei 11.462/07), leva em consideração que apenas a invalidez total e completa será indenizada pelo teto de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Invalidez total e completa é aquela que não permite a realização de quaisquer atividades remuneradas pela vítima, ou simplesmente as normais atividades do dia a dia.

Esquemáticamente abaixo consta como se procede à avaliação da debilidade da parte autora, uma vez constatada a sua existência:



INVALIDEZ	PERCENTUAL INDENIZÁVEL	PERCENTUAL DA INVALIDEZ	INDENIZAÇÃO
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70% (R\$ 13.500,00) = R\$ 9.450,00	50% (R\$ 9.450,00)	R\$ 4.725,00

Corroborando todo o exposto acima, o STJ editou a Súmula 474, pacificando o entendimento que a indenização do Seguro DPVAT para os casos de invalidez parcial, independente da época do sinistro, deverá ser paga sempre de forma proporcional ao grau de invalidez. Vejamos o enunciado da referida Súmula:

A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

(Destacamos).

Pelo exposto e por tudo mais que consta dos autos, entende-se que não há comprovação de incapacidade permanente em 100% da parte autora causada pelo acidente automobilístico em tela, pelo que se mostra indiscutível a IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS formulados na exordial.

Em assim não sendo, requer que seja considerada a Súmula 474 do STJ, sendo a condenação de acordo com a graduação do membro/sentido/função afetado de acordo a tabela de invalidez abaixo, ou seja, acaso V. Exa entenda que o Autor faz a jus a indenização do seguro DPVAT, no valor de R\$ 3.881,25 (três mil, oitocentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos), valor, este, referente a diferença restante ao valor de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), menos a quantia paga administrativamente de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos).



2.4. DAMS – NECESSIDADE DE DESEMBOLSO PARA POSSIBILITAR O PEDIDO

O autor alega na inicial que sofreu acidente de trânsito, que foi atendido em caráter particular, que contraiu despesas médicas e, por isso, requer o ressarcimento das Despesas de Assistência Médica e Suplementar – DAMS.

Ocorre que o pedido do autor não merece prosperar, uma vez que não juntou recibo de quitação das despesas requeridas, ou seja, não comprovou que efetivamente pagou pelas despesas das quais pretende ressarcimento.

No caso de ressarcimento de despesas médicas decorrentes de acidente automobilísticos, a Lei 6.194/74, em seu artigo 3º, III, utiliza o termo reembolso.

Art. 3º.

“III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (G.N.)

§ 2º Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do caput deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.” (G.N.)

Logo, o direito ao reembolso das despesas médicas previstas na referida Lei, pressupõe a necessidade de desembolso prévio.

As Leis não contêm palavras inúteis. Isto posto, vejamos o significado do termo reembolsar:

re-em-bol-sar

1. Tornar a embolsar, receber (o dinheiro desembolsado).
2. Restituir (o dinheiro que outrem desembolsou).



3. Entrar na posse do dinheiro que se emprestou ("reembolsar". In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, <https://www.priberam.pt/dlpo/reembolsar> - consultado em 1-9-2017).

Assim, tratando-se de despesas médicas não comprovadas, o pedido do autor deve ser julgado improcedente.

2.5. DA CORREÇÃO MONETÁRIA – APLICAÇÃO DA SÚMULA 580 DO STJ

No caso de superveniência de sentença condenatória, além da observância acerca do cálculo da indenização estabelecido pela Lei nº 11.945/09, requer seja considerada por Vossa Excelência a data do evento danoso para a incidência da correção monetária, na forma do estabelecido na Súmula 580 do STJ, in verbis:

SÚMULA 580

A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez, prevista no §7º do art. 5º da Lei nº 6.194/1974, redação dada pela Lei nº 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso.

(Súmula 580, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 19/09/2016).

2.6. DOS JUROS LEGAIS

Quanto à incidência de juros de mora em caso de procedência do pedido autoral, espera a contestante que os mesmos sejam deferidos nos termos abaixo.

Os juros de mora, em caso de eventual condenação, devem ser contados a partir da citação, vez que tratamos de responsabilidade contratual, conforme determinou o STJ por meio da Súmula 426:

Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.



Desta feita, requer que seja julgado totalmente improcedente a presente demanda, conforme as razões já expostas acima.

3. DOS REQUERIMENTOS

Após toda marcha processual, requer que seja julgada totalmente improcedente a presente ação, extinguindo o processo com resolução de mérito.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Almino Afonso, 19 de dezembro de 2018.

Rostand Inácio dos Santos
OAB/PE 22.718 e OAB/RN 1273-A

Paloma Rodrigues da Silva
OAB/PE 41.420


Antônio Martins T. Júnior
Advogado
OAB/RN - 5432



ANEXO I

(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2006).

(art. 3º da Lei nº 9.184, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfincteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



ANEXO II

BANCO DO BRASIL

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA POUÇANÇA

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001 AGÊNCIA: 1769-8 CONTA: 000000611000-2

DATA DA TRANSFERENCIA: 29/03/2018

NÚMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 843,75

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES

BANCO: 001

AGÊNCIA: 01165-X

CONTA: 000010026422-0

Mr. da Autenticação 6C177142F4C29C81


07/01/2019


Fundo de Desenvolvimento do Judiciário - TJRN - [Boleto]

Instruções de Impressão

Configure Todas as Margens para 7 mm. Imprimir em impressora jato de tinta (ink jet) ou laser em qualidade normal. (Não use modo econômico).
Utilize folha A4 (210 x 297 mm) - Corte na linha indicada



 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E ARRECAÇÃO		Guia de Recolhimento do FDJ Lei nº 9.619/2012 Nº 7000003384398	
Processo Nº (Uso Exclusivo da Secretaria)		Valor do FDJ	17,55
Partes	Seguradora Lider x Viviane de Oliveira VC ALMIR AFONSO		
Serviço	1402801 SEDEX COM AR - ATÉ 300 (gr)	1	17,55
Secretaria	(594) PROTOCOLO INTEGRADO JUDICIAL/NATAL		
Valor da Causa/Documento	0,00		
Via do processo/documento - Anexar o Comprovante			
Corte na linha pontilhada			

 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE SECRETARIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO E ARRECAÇÃO		Guia de Recolhimento do FDJ Lei nº 9.619/2012 Nº 7000003384398	
Processo Nº (Uso Exclusivo da Secretaria)		Valor do FDJ	17,55
Partes	Seguradora Lider x Viviane de Oliveira VC ALMIR AFONSO		
Serviço	1402801 SEDEX COM AR - ATÉ 300 (gr)	1	17,55
Secretaria	(594) PROTOCOLO INTEGRADO JUDICIAL/NATAL		
Valor da Causa/Documento	0,00		
via de parte			
Corte na linha pontilhada			



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE
F.D.J. Fundo de Desenvolvimento da Justiça

BANCO DO BRASIL

Local de pagamento: PAGÁVEL NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL, NOSSA AGÊNCIA E CORREIOS			Vencimento 09/02/2019
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE F.D.J. Fundo de Desenvolvimento da Justiça			Convênio 750686
Data do documento 07/01/2019	Número da Guia 7000003384398	Data processamento 07/01/2019	Número da Guia 7000003384398
Use de Agência Recredenciada		Exibir RS	(*) Valor documento 17,55
Instruções: Pagamento em cheque, anotar no verso o "Número do convênio" e o "Número da Guia". Não efetuar depósito e transferência. Não receber após o vencimento.			(-) Desconto / Abatimentos
			(-) Outras deduções
			(+) Juros / Multa
			(*) Outros acréscimos
			(=) Valor cobrado
Partes Seguradora Lider x Viviane de Oliveira VC ALMIR AFONSO			Cód. Boleto

Autenticação mecânica - Guia Não Compensável

86770000000-5 17550354646-4 92019020670-5 00003384398-8



Corte na linha pontilhada

07/01/2019

Banco do Brasil



Boletos, Convênios e outros



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
07/01/2019 - AUTO-ATENDIMENTO - 16.17.58
1533401533

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: MARTINS ADVOGADOS
AGENCIA: 1533-4 CONTA: 44.251-4
EFETUADO POR: ANTONIO TEIXEIRA JR
=====

Convenio	TRIBUNAL DE JUSTICA DO RN
Codigo de Barras	88770000000-5 17552854545-4
	92819820570-5 00003384398-8
Data do pagamento	07/01/2019
Valor em Dinheiro	17,55
Valor em Cheque	0,00
Valor Total	17,55

=====

DOCUMENTO: 018704
AUTENTICACAO SISBB:
S.DF2.267.364.899.850

Transação efetuada com sucesso por JA 93254 ANTONIO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Almino Afonso



Processo n.º 0100235-96.2018.8.20.0135
Procedimento Ordinário
Parte Autora: Viviane de Oliveira Alves
Parte Ré: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

SENTENÇA

I - RELATÓRIO

Viviane de Oliveira Alves, qualificado nos autos, por meio de advogado legalmente habilitado, promoveu **AÇÃO DE COBRANÇA** em face de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, igualmente qualificada.

Aduz a autora que no dia 14 de novembro de 2017 foi vítima de acidente automobilístico, ocasião em que perdeu o controle do seu automóvel, vindo a cair, causando-lhe fratura no joelho esquerdo, que lhe acarretaram sequelas de caráter permanente, tendo realizado procedimento cirúrgico que lhe custou R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais).

Outrossim, alega a autora que pleiteou, na via administrativa, sob o nº 3180118833, o seguro DPVAT, em relação às despesas médicas, cujo valor recebido foi de R\$ 963,84 (novecentos e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos). Já em relação à invalidez, requereu também administrativamente, sob o nº 3180120465, o seguro DPVAT, tendo em vista que suas lesões quantificaram 70% (setenta por cento) do valor integral do seguro obrigatório, cuja importância seria de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), porém, afirma que recebeu apenas a quantia de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Por essa razão, a parte autora requer a complementação dos valores pagos pela Seguradora, sendo a quantia de R\$ 1.736,16 (um mil, setecentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos), relativa às despesas médicas o montante de R\$ 8.606,25 (oito mil, seiscentos e seis reais e vinte e cinco centavos), referente à invalidez.

Anexou, em prol de sua pretensão, a documentação carreada às fls. 07/39.

Citada, a parte ré apresentou contestação às fls. 45/59, alegando acerca da ausência de laudo do IML e ausência de comprovação das despesas médicas. Por fim, pleiteou que em caso de eventual condenação, seja respeitado o grau de invalidez, requerendo a realização de perícia médica na autora, assim como que os juros de mora e a correção monetária deverão incidir, respectivamente, a partir da citação e da data do evento danoso.

Anexou aos autos os documentos carreados às fls. 60/68.

Intimada, a parte autora apresentou impugnação à contestação às fls. 74/78, solicitando a realização de perícia médica na autora e a procedência da ação.

Endereço: Rua Antônio Joaquim, 184, Centro - CEP 59766-000, Fone: 3395-1982, Almino Afonso-RN



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Almino Afonso



Às fls. 83/84 sobreveio aos autos o laudo médico da autora, em virtude da realização de perícia determinada por este juízo, havendo manifestação da parte autora (fls. 91/94) e da parte ré (fls. 95/103), acerca do referido laudo pericial, tendo esta última anexado também alegações finais (fls. 112/117).

É o relatório. Decido.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Antes de adentrar no julgamento da questão, registro, por oportuno, que o acidente ocorreu em 14/11/2017, que os pagamentos no âmbito administrativo se deram, em tese, em 04/04/2018 (fls. 38/39) e, que a propositura da presente ação data de 25/04/2018, em vista do que não transcorreu o prazo prescricional trienal – Enunciado 405, da Súmula do STJ e art. 206, §3º, IX, do CC – na espécie.

Ressalto, também, que a ampla defesa e o contraditório restaram devidamente respeitados, não havendo cerceamento de defesa, tendo em vista que há nos autos prova pericial técnica conclusiva acerca da invalidez da parte autora, assim como manifestação de ambas as partes sobre o respectivo laudo pericial, havendo, portanto, a regularidade do presente feito; em face da ausência de nulidade processual a ser declarada.

Convém, ademais, destacar a inexistência de questões preliminares pendentes de apreciação, razão pela qual, não havendo causas a obstar o julgamento de mérito, passo ao exame dos fatos objeto da presente demanda.

Inicialmente, a parte ré questionou a ausência de documento essencial à propositura da demanda, qual seja, laudo do IML. Ocorre que, no presente caso, não há que se falar em extinção do processo sem julgamento do mérito, tendo em vista que a inicial encontra-se instruída com documentos médicos suficientes ao ajuizamento da demanda, os quais foram complementados pelo respectivo laudo do perito judicial, que se mostra apto à constatação das lesões sofridas pela autora, bem como do grau de invalidez.

O Seguro Obrigatório DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causados por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto (vias terrestres). Essa definição menciona que o Seguro DPVAT cobre danos pessoais, o que implica não haver cobertura para danos materiais, como roubo, colisão ou incêndio do veículo.

A Lei 11.945, de 04 de junho de 2009, que foi precedida da Medida Provisória n.º 451, de 15/12/2008, alterou a Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, estabelecendo novas regras para a indenização por seguro DPVAT, para admitir a gradação do valor da indenização, conforme o grau de invalidez, conforme seja completa ou parcial, bem como de acordo com a parte do corpo afetada. *In verbis*:

Endereço: Rua Antônio Joaquim, 184, Centro - CEP 59760-000, Fone: 3395-1982, Almino Afonso-RN



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Almino Afonso

"Art. 31. Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

§ 2º Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do **caput** deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.

§ 3º As despesas de que trata o § 2º deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei." (NR)

Em tal Lei, consta tabela que lhe segue como anexo, reproduzida adiante:

ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
--	---------------------

Endereço: Rua Antônio Joaquim, 184, Centro - CEP 59760-000, Fone: 3395-1982, Almino Afonso-RN



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Almino Afonso



Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	100
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	100
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	100
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis e ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	100
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10

Assim, em que pese a parte autora tenha recebido via processo administrativo valor correspondente à conclusão acerca da invalidez nesta seara, a perícia judicial realizada constatou grau de invalidez, na requerente, superior ao do âmbito administrativo, pois o **laudo médico correspondente** carreado às fls. 83/84 comprova que a autora ficou acometida no joelho esquerdo, concluindo pelo déficit funcional em todo membro inferior esquerdo em grau de 50%, bem como que essa enfermidade decorreu do acidente automobilístico descrito na Inicial.

Desse modo, impende assinalar que o pleito indenizatório está a depender da prova do dano, do acidente automobilístico e do nexo causal aí existente, consoante dicção do artigo 5º da Lei nº. 6.194/1974. Transcrevo:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

É o que se infere do cotejo do boletim de ocorrência com o boletim de atendimento de urgência e demais documentos, além do laudo pericial de fls. 83/84, que é suficientemente claro e objetivo

Endereço: Rua Antônio Joaquim, 184, Centro - CEP 59760-000, Fone: 3395-1982, Almino Afonso-RN



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Almino Afonso

132
J

em sua conclusão quanto ao estado de saúde da autora, atestando-se, portanto, que o quadro clínico da parte autora desenhado nos autos foi decorrente do acidente automobilístico, com a presença de **nexo de causalidade entre eles**.

Dessa forma, para os sinistros ocorridos após o advento da Medida Provisória nº 451 (18/12/08), convertida na Lei nº 11.945, (04/06/09), a regra da graduação de valores será a adotada para a indenização, considerando a natureza dos danos permanentes, consoante tabela acima referida.

Os percentuais devem ser calculados sobre o montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que o sinistro é posterior à MP nº 340, de 29/12/2006, que foi transformada na Lei nº 11.482/07 (31/05/07), a qual previu que a indenização deveria ser de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), revogando nesta parte a Lei anterior que fixava a indenização em até 40 (quarenta) salários-mínimos. E, em se tratando de invalidez parcial do beneficiário, ter-se-á indenização paga de forma proporcional ao grau da invalidez, na forma do Enunciado 474, da Súmula do STJ.

Quanto ao grau da invalidez da parte autora, pode-se inferir, através do laudo médico da autora, que a incapacidade permanente é parcial incompleta, relativa à lesão no membro inferior esquerdo, com repercussão média (50%).

Enquadrando-se tal situação na tabela anexa à Lei n. 6.194/74, por observância do disposto no seu art. 3º, §1º, incisos I e II, com a redação que lhe foi dada pela Lei 11.945/09, tem-se inicialmente, no que tange à lesão no membro inferior esquerdo, a aplicação do percentual de 70% sobre os R\$ 13.500,00 - "Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores", auferindo-se o montante de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Numa segunda etapa do cálculo, considerando ser a lesão parcial incompleta, faço incidir sobre o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais), o percentual de 50%, em vista do grau de incapacidade média apontado na avaliação médica, para se chegar ao montante de R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), devidos à parte autora em relação à lesão no membro inferior esquerdo.

Portanto, tem-se que o montante devido à parte autora, referente a invalidez parcial incompleta, corresponde a R\$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais). Entretanto, observo que foi pago administrativamente à autora o valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco reais), conforme fls. 39.

Sendo assim, a autora faz jus à diferença entre o valor realmente devido e aquele que foi pago efetivamente, na via administrativa, pela seguradora, a qual resulta na quantia de R\$ 3.381,25 (três mil, trezentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos).

Quanto à correção monetária da indenização relativa a invalidez entendendo ser devida a partir do sinistro (Enunciado 580, da Súmula do STJ), pois serve para manter o *quantum* devido àquela época atualizado. Portanto, a partir da data do evento fático - 14/11/2017 - deverá incidir a atualização

Endereço: Rua Antônio Joaquim, 184, Centro - CEP 59760-000, Fone: 3395-1982, Almino Afonso-RN

ca



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Almino Afonso

113

monetária.

Já quanto ao termo inicial dos juros moratórios, há que se ressaltar que, não sendo a seguradora a causadora dos danos que ensejaram o pagamento do seguro, não há que se cogitar na aplicação de juros de mora contados desde a data do evento danoso, prevista no Enunciado da Súmula n.º 54/STJ. Por isso, oportuno averiguar a data do ato que constituiu a seguradora em mora, que no presente caso, verifico ser o termo inicial, o da citação válida e regular, cujo percentual dos juros moratórios é o legal de 1% ao mês.

Em relação à cobertura de reembolso de despesas de assistência médica e suplementares (DAMS) tem-se que trata-se de um direito da vítima, condicionado à efetiva existência da despesa por ela efetuada, e conseqüentemente que o atendimento não tenha sido realizado pelo Sistema Único de Saúde. Nesse sentido, observo, através do conjunto fático-probatório dos autos (fls. 20/37), que a requerente utilizou tratamento hospitalar privado para realizar o procedimento cirúrgico decorrente do acidente de trânsito.

Assim, diante da comprovação das despesas médicas, compatíveis com as lesões decorrentes do acidente automobilístico, por meio de recibos e nota fiscal, a parte autora faz jus ao ressarcimento dos gastos que teve, assegurado pela lei que rege o Seguro DPVAT (lei nº 6.194/74), observando o limite máximo fixado nesta legislação de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), motivo pelo qual o montante devido à requerente, relativo a tais despesas, é de R\$ 1.736,16 (um mil, setecentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos), tendo em vista a quantia já recebida administrativamente (fls. 38), com a incidência de juros de mora e da correção monetária, a partir, respectivamente, da citação válida e do efetivo desembolso.

Portanto, tem-se que é devido à parte autora ao somar o valor da indenização pela invalidez com o valor pela indenização das despesas médicas, o montante final de R\$ 5.117,41 (cinco mil, cento e dezessete reais e quarenta e um centavos).

III – DISPOSITIVO

Diante do exposto, julgo, com base no art. 487, I, do CPC, **parcialmente procedente** a pretensão formulada na Inicial, para condenar a parte demandada a pagar à parte autora a indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT por invalidez permanente, a qual fixo no importe de **R\$ 5.117,41 (cinco mil, cento e dezessete reais e quarenta e um centavos)**, sendo que desse valor:

a) ao montante de **R\$ 3.381,25 (três mil, trezentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos)**, relativo à indenização, deve ser acrescido de correção monetária, conforme Tabela – Modelo 1 – Justiça Federal, desde a data do sinistro (14/11/2017) e juros de mora de 1% ao mês desde a

Endereço: Rua Antônio Joaquim, 184, Centro - CEP 59760-000, Fone: 3395-1982, Almino Afonso-RN

[Assinatura]



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Almino Afonso

134
8

citação (26/06/2018 – fls. 29) até a data do efetivo pagamento;

b) ao montante de R\$ 1.736,16 (um mil, setecentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos), relativo às despesas médicas, deve ser acrescido de correção monetária, desde a data do efetivo desembolso e juros de mora de 1% ao mês desde a citação (26/06/2018 – fls. 29) até a data do efetivo pagamento.

Em razão da sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 20% (vinte por cento) do valor da condenação, cujo montante fica dividido à razão de 50% (cinquenta por cento) para cada litigante, sopesados os critérios estabelecidos no art. 85, §2º, do CPC, na esteira do disposto no art. 86, *caput*, também do CPC, sendo que, com relação à parte autora, a exigibilidade ficará suspensa, nos termos do art. 98, §3º, do diploma legal já citado, em razão da gratuidade de justiça deferida às fls. 41.

Sobrevindo o trânsito em julgado e havendo custas a serem pagas, remetam-se os expedientes necessários à COJUD para cálculo e cobrança das referidas custas.

Comprovado o pagamento das custas ou mesmo cumprido o estabelecido no item anterior, ARQUIVEM-SE os autos, com buxa nos registros.

Caso seja interposto recurso, intime-se a parte contrária para apresentar contrarrazões em 15 (quinze) dias úteis e, em seguida, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, independentemente de análise quanto à admissibilidade por este Juízo (CPC, art. 1.010, §§ 1º e 3º).

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Almino Afonso/RN, 12 de fevereiro de 2019.


Larissa Almeida Nascimento

Juíza de Direito



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato, constante da relação nº 0024/2019, foi disponibilizado no Diário da Justiça nº 2708, de dia 14/02/2019, sendo considerada como data da publicação o dia 15/02/2019, com início do prazo em 18/02/2019, conforme a Lei nº 11.419/2006 e as Resoluções nº 34/2007 e 10/2011-TJRN.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas:

23/02/2019 a 24/02/2019 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
23/02/2019 a 24/02/2019 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
02/03/2019 a 03/03/2019 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
02/03/2019 a 03/03/2019 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
04/03/2019 a 06/03/2019 - Carnaval - Suspensão
04/03/2019 a 06/03/2019 - Carnaval - Suspensão
04/03/2019 a 06/03/2019 - Carnaval - Suspensão
09/03/2019 a 10/03/2019 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão
09/03/2019 a 10/03/2019 - Adaptação ao Novo CPC - Suspensão - Suspensão

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Pedro Emanuel Domingos Leite (OAB 10152/RN)	15	13/03/2019
Rostand Inácio dos Santos (OAB 12736/RN)	15	13/03/2019

Teor do ato: "Diante do exposto, julgo, com base no art. 487, I, do CPC, parcialmente procedente a pretensão formulada na inicial, para condenar a parte demandada a pagar à parte autora a indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT por invalidez permanente, a qual fixo no importe de R\$ 5.117,41 (cinco mil, cento e dezessete reais e quarenta e um centavos), sendo que desse valor: a) ao montante de R\$ 3.381,25 (três mil, trezentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos), relativo à indenização, deve ser acrescido de correção monetária, conforme Tabela - Modelo 1 - Justiça Federal, desde a data do sinistro (14/11/2017) e juros de mora de 1% ao mês desde a citação (26/06/2018 - fls. 29) até a data do efetivo pagamento; b) ao montante de R\$ 1.736,16 (um mil, setecentos e trinta e seis reais e dezesseis centavos), relativo às despesas médicas, deve ser acrescido de correção monetária, desde a data do efetivo desembolso e juros de mora de 1% ao mês desde a citação (26/06/2018 - fls. 29) até a data do efetivo pagamento."

Do que dou fé.
Almirafonso, 15 de fevereiro de 2019.


Diretor(s) da Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
JUIZO DE DIREITO DA Vara Única DA COMARCA DE Almino Afonso

CERTIDÃO

Processo n.º 0100235-96.2018.8.20.0135

Ação: Procedimento Ordinário

Requerente: Viviane de Oliveira Alves

Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

Certifico que, em data de **13/03/2019**, às 18:00h, transitou em julgado a sentença de fls. **108/114**, sem que tenha havido interposição de recurso.

O referido é verdade, dou fé.

Almino Afonso/RN, 27 de março de 2019.

Lenivan Nunes de Paiva
Chefe de Secretaria



Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LENIVAN NUNES DE PAIVA. Para conferir o original, acesse o site <https://pje.tjrn.jus.br:443/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19042017124360300000040719199>, informe o processo 0100235-96.2018.8.20.0135 e o código 39000000003952.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE
Contadoria Judicial – COJUD
CCJ - Cobrança de Custas Judiciais



Processo Administrativo

Número: 1833/2019

Processo Judicial: 0100231062018200135

Assunto: Procedimento Ordinarío

Magistrado Responsável: Valdir Flávio Lobo Melo

Via Origem: VARA ÚNICA / DIREÇÃO DO FÓRUM / COMARCA DE ALMINO AFONSO

Valor do Caso: R\$ 8.898,29

Data da Sentença: 12/02/2018

Data do Trânsito em Julgado: 13/03/2018

Data do Processo: 26/04/2018

Valor das Custas: R\$ 184,21

Custas Totais: NÃO

Percentual das Custas: 50 %

Valor Remanescente: Não Informado

Partes Ativas

Nome: Viviani de Oliveira Alves

Valor: Não Informado

Paga Custas: NÃO

CPF/CNPJ: 091.301.184-33

Endereço: Não Informado

Advogado: Pedro Emanuel Domingos Leite

CPF/CNPJ: Não Informado

OAB: 19152RN

Partes Passivas

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Valor: R\$ 92,11

Paga Custas: SIM

CPF/CNPJ: 09.248.600/0001-04

Endereço: Rua Senador Cartas, 74 - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20031-205

Advogado: Robertson Inácio dos Santos

CPF/CNPJ: Não Informado

OAB: 1273ARN

Assinatura Digital

Assinado por: TENIVAN NUNES DE FARIAS/2019147443
Endereço: AC SOLUTIA Multipia
Endereço: AC SOLUTIA
Endereço: Autoridade Certificadora Rio Grande (C)
Data de assinatura: 27/03/2019 13:30:23



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALMINO
AFONSO/RN**

Rua Antonio Joaquim, 184, Centro, Almino Afonso/RN CEP 59760-000
Fone/Fax (0xx84) 3395-1982



Processo nº: 0100235-96.2018.8.20.0135

CERTIDÃO

CERTIFICO que em cumprimento à sentença de fls. 108/114 e após as formalidades legais, arquivo nesta data os presentes autos com a respectiva baixa no registro.

Todo o referido é verdade. Dou fé.

Almino Afonso/RN, 27 de março de 2019.

**Lenivan Nunes de Paiva
Chefe de Secretaria**

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por LENIVAN NUNES DE PAIVA. Para conferir o original, acesse o site: <https://pje.tjn.jus.br:443/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?nd=19042017124360300000040719199>, informe o processo 0100235-96.2018.8.20.0135 e o código 390000000003563.

Digitado por Lenivan Nunes de Paiva



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Almino Afonso
Rua Antônio Joaquim, 184, Centro, ALMINO AFONSO - RN - CEP: 59760-000

Processo: 0800384-52.2019.8.20.5135

Ação: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

EXEQUENTE: VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES

EXECUTADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Cuida-se de pedido de cumprimento de sentença.

Intime-se a parte executada, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do débito, sob pena de acréscimo de multa de 10% e honorários advocatícios, também no percentual de 10%, conforme art. 523, §1º, do CPC. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante (CPC, art. 523, §2º).

Realizado o adimplemento espontâneo, expeça-se o competente alvará judicial para o levantamento da importância depositada em Juízo, em favor da parte credora.

Não havendo o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte devedora apresente, nos próprios autos, impugnação ao cumprimento de sentença, independentemente de penhora ou nova intimação (CPC, art. 525).

Destaque-se, por oportuno, que a impugnação não terá efeito suspensivo, salvo se, garantido o juízo com penhora, caução ou depósito suficientes, forem relevantes os seus fundamentos e se o prosseguimento do procedimento for manifestamente suscetível de causar grave dano de difícil ou incerta reparação (CPC, art. 525, §6º).

Transcorrido *in albis* o prazo previsto no art. 523 do CPC para o adimplemento espontâneo da obrigação, determino sejam requisitadas ao Banco Central do Brasil, via BACENJUD, informações acerca da possível existência, no sistema bancário brasileiro, de dinheiro em depósito ou aplicação financeira, até o valor do débito, em nome da parte devedora.

Efetuada o bloqueio, intime-se a parte devedora da indisponibilidade de ativos financeiros, nos termos do art. 854, §2º, do CPC, para, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar, se for o caso, que as quantias tornadas indisponíveis são impenhoráveis ou que o valor bloqueado é excessivo (CPC, art. 854, §3º).

Não apresentada manifestação pela parte devedora, determino a conversão da indisponibilidade em penhora, independentemente da lavratura do termo (CPC, art. 854, §5º), e a consequente expedição de alvará de levantamento em favor da parte credora.

Restando frustrada a tentativa, intime-se a parte credora para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar planilha atualizada do débito e indicar bens penhoráveis ou requerer o que entender cabível, sob pena de arquivamento.

Em caso de inércia, arquivem-se os autos, ficando a parte interessada advertida de que o desarquivamento poderá ser requerido a qualquer tempo, desde que antes de consumada a prescrição.

Expedientes necessários.

Almino Afonso/RN, data do sistema.

LARISSA ALMEIDA NASCIMENTO

Juíza de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei n. 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Vara Única da Comarca de Almino Afonso
Rua Antônio Joaquim, 184, Centro, ALMINO AFONSO - RN - CEP: 59760-000

CARTA DE INTIMAÇÃO

Processo n.º 0800384-52.2019.8.20.5135

Ação: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)

Exequente: VIVIANE DE OLIVEIRA ALVES

Executado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Ilmo(a). Rep. legal do(a)

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Rua Senador Dantas, 74, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

De ordem do(a) Dra) LARISSA ALMEIDA NASCIMENTO, Juiz(a) da Vara Única da Comarca de Almino Afonso, fica Vossa Senhoria, INTIMADO(A) para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do débito, sob pena de acréscimo de multa de 10% e honorários advocatícios, também no percentual de 10%, conforme art. 523, § 1º do CPC. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante (CPC, art. 523, § 2º). Segue, em anexo, cópia da inicial de execução e do Despacho.

Almino Afonso/RN, 20 de maio de 2019.

LENIVAN NUNES DE PAIVA

Chefe de Secretaria